



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

**I Oficina Técnica:
Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica**

**06 e 07 agosto de 2009
São Paulo – SP**

Relatório Síntese*:
Coordenação técnica: Clayton F. Lino – cnrbma@uol.com.br
Heloisa Dias – helocnrbma@uol.com.br
Apoio técnico: Nilson Máximo – yvyambiental@gmail.com



* Relatório passível de ajustes finais pelos expositores



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. PROGRAMAÇÃO	3
3. RELATO DA OFICINA	5
4. FICHA TÉCNICA	34

ANEXOS

I – Lista de participantes

II – Documentação de referencia para os grupos de trabalho

- i. Documento de referência RBMA: Subsídios para Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas versão 1.0 – agosto 2009;
- ii. Subsídios do I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica - RBMA / TFC-CI / RMA / MMA – São Paulo – SP
- iii. Relatório do I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade - DAP/ SBF / MMA / WWF - Brasília – DF
- iv. Documento com questões a serem discutidas pelo GT Temáticos: Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos
- v. Cadernos Série RBMA: número 18 – SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação; número 32: Mosaico de Unidades de Conservação Corredor da Serra do Mar; número 37: Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga – disponíveis no site: www.rbma.org.br



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

1. INTRODUÇÃO

A I Oficina Técnica: Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica foi realizada nos dias 06 e 07 de agosto de 2009, no Instituto Florestal de São Paulo, na sede do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, onde reuniram-se representantes de órgãos gestores federais, estaduais e municipais, da sociedade civil organizada, representantes das iniciativas de mosaicos de áreas protegidas na Mata Atlântica, organizações civis que fomentam a construção de mosaicos na Mata Atlântica e Amazônia e representantes de entidades latino-americanas voltadas à conservação, além de outros importantes atores relacionados ao tema dos Mosaicos.

Esta Oficina, organizada pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no âmbito do Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica, por meio do Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica desenvolvido pela RBMA em parceria com a The Conservation Foundation / Conservação Internacional Brasil, recebeu também o apoio da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do Instituto Florestal e do Programa MaB - UNESCO.

O referido evento teve por objetivo maior gerar subsídios para o aperfeiçoamento e consolidação da base conceitual e marco regulatório sobre o tema, nas diversas instâncias gestoras de áreas protegidas, e para definição de estratégias de sustentabilidade de mosaicos e corredores ecológicos na Mata Atlântica, avançando nas questões definidas pela Lei Federal Nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 que a regulamenta.

A primeira oficina dá seqüência a recentes eventos realizados no ano de 2009, a exemplo do I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos na Mata Atlântica, realizada entre 21 e 24 de maio, no âmbito da Semana Mata Atlântica – Viva a Mata, e do I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade, que ocorreu entre 08 e 09 de julho em Brasília e cujas discussões produziram material de referência para o atual evento. Este, por sua vez, deu um salto qualitativo no processo de discussão e produção coletiva do marco regulatório dos Mosaicos, bem como, na preparação e consolidação de documento conjunto sobre o tema, previsto para ser apresentado em setembro de 2009, no próximo Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

I Oficina Técnica: Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica

PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA (06/08/2009):

09h00min - 09h15min - Abertura da Oficina: Clayton F. Lino - Presidente da CB-RBMA

09h15min - 09h30min - Apresentação da dinâmica dos trabalhos: Gustavo Muller (Agni) - moderador

09h30min - 09h45min - Apresentação dos participantes

09h45min - 10h15min - Programa de Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica no Panorama Nacional - (Programas /Projetos/ Instituições/ Resultados e Avanços / Agenda) - Clayton F. Lino - Presidente da CN-RBMA (20')

10h15min - 10h45min - Café

10h45min - 12h15min - Subsídios para Criação e Implementação de Mosaicos:

- *Seminários de Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia – GTZ / WWF - Márcia Ledermam e Marcos Roberto Pinheiro (20')*
- *I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica - RBMA / TFC-CI / RMA / MMA – São Paulo – SP - Heloisa Dias (20')*
- *I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade - DAP/ SBF / MMA / WWF - Brasília – DF - Fernando Lima e Roberta Magalhães Holmes (20')*

12h15min- 13h30min- Almoço

13h30min- 15h00min - Contribuições da Escola Latinoamericana de Áreas Protegidas - Universidade de Cooperação Internacional - ELAP/UCI - Eduard Muller - Costa Rica e Stanley Arquedas - Bolívia

- *Princípios do Enfoque Ecosistêmico aplicado à gestão de Mosaicos*
- *Pensando uma Rede Latinoamericana de Gestão Integrada de Territórios Sustentáveis - (ou Sub-Seção da Red Virtual de Áreas Protegidas Latinoamericanas da IUCN)*



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

15:00 - 15:30- Contribuições ao Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas: Clayton F. Lino -
Presidente da CN-RBMA

15h30min - 16h00min- Café

15h30min- 18h00min- GT Temáticos - Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos:

- **Macro tema I: Territorialidade - Criação e Delimitação de Mosaicos**

19h00min: Jantar

SEGUNDO DIA (07/ 08/2009):

09h00min - 11h30min - GT Temáticos - Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

- **Macro tema II: Gestão Integrada e Sustentabilidade**

11h30min - 12h00min - Sistematização de Resultados

12h00min - 13h30min - Almoço

13h30min - 15h30min - Apresentação dos resultados dos GT Temáticos - plenária e debates

15h30min - 16h00min - Encaminhamentos Gerais e Encerramento

2. RELATO DA OFICINA

PRIMEIRO DIA - 06 DE JULHO

09h00min - 09h15min - ABERTURA DA OFICINA



Figura 1: Abertura da Oficina com Clayton F. Lino – CN-RBMA

A abertura oficial da Oficina é feita pelo Sr. Clayton F. Lino - Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que deu as boas vindas aos participantes e apresentou os objetivos da Oficina.

Informou que a idéia geral é trabalhar a figura dos Mosaicos e sua integração a outras figuras territoriais. Comentou que há Mosaicos sendo criados por iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais, com destaque para os estados de São Paulo, Espírito Santo e Amazonas, o que é muito positivo, por serem dois grandes biomas com figuras e realidades muito diferentes.

Destacou dois recentes eventos sobre o tema: I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos na Mata Atlântica no âmbito da Semana Mata Atlântica – Viva a Mata e o I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade, salientando a necessidade de um salto no processo de discussão.

Afirmou a intenção de consolidar a figura dos Mosaicos no próximo Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação e de discuti-lo com outras figuras de gestão territorial.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

A seguir falou brevemente sobre as apresentações que se seguirão durante o dia e agradece aos parceiros do Programa de Mosaicos da RBMA (The Conservation Foundation / Conservação Internacional do Brasil e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo).

Por fim o Sr. Clayton F. Lino expressou a vontade da RBMA em contribuir para consolidação da base conceitual dos mosaicos para o estabelecimento de um marco regulatório e elaboração de um roteiro metodológico de criação e funcionamento dos mesmos.

09h15min – 09h30min - APRESENTAÇÃO DA DINÂMICA DOS TRABALHOS



Figura 2: Moderador apresentando a dinâmica dos trabalhos

O moderador apresentou a dinâmica do evento, explicando que após cada apresentação haverá momentos para esclarecimentos e sugestão de temas e questões relevantes que serão sistematizados na forma de “destaques” e levados para as discussões que acontecerão mais tarde nos Grupos de Trabalho.

Foi apresentado o formato de apresentação individual dos presentes em cartelas dispostas em mural a fim de facilitar a identificação e integração. A mesma estratégia de exposição em mural foi adotada para exibição dos destaques.

Informou, também, que após o ciclo de apresentações e debates, os presentes seriam divididos em dois grupos a fim de discutir as questões essenciais relacionadas com o objetivo da Oficina. Desta forma, no



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

primeiro dia as questões a serem discutidas foram agrupadas sob a forma de macro tema “Territorialidade: Criação e Delimitação de Mosaicos” e no segundo dia sob o macro tema “Gestão Integrada e Sustentabilidade”.

Os grupos receberam material de apoio nas pastas individuais. Estes materiais, bem como outros distribuídos durante os grupos, estão relacionados no ANEXO deste relatório.

Por fim, o moderador explicou que os grupos deveriam se organizar elegendo um coordenador e um relator a fim de responder a um roteiro de perguntas e que suas conclusões deveriam ser apresentadas no final do segundo dia do evento numa plenária final seguida dos encaminhamentos gerais e encerramento da Oficina.

09h30min - 09h45min - APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os presentes falaram seus nomes, instituições que representam, os mosaicos a que pertencem (quando for o caso) e também o estado federativo (ou país) de origem. Lista de participantes anexa.



Figura 3: Rodada de apresentações dos participantes



Figura 4: Rodada de apresentações dos participantes

09h45min - 10h15min - PROGRAMA DE MOSAICOS E CORREDORES ECOLÓGICOS DA MATA ATLÂNTICA NO PANORAMA NACIONAL - (Programas /Projetos/ Instituições/ Resultados e Avanços / Agenda) – Clayton F. Lino – Presidente do CN-RBMA



Figura 5: Apresentação Clayton F. Lino – Programa de Mosaicos



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Resumo da apresentação:

O Sr. Clayton F. Lino – Presidente do CN-RBMA iniciou agradecendo a presença dos participantes e, em seguida, apresentou uma breve contextualização sobre o tema dos mosaicos e corredores ecológicos, mencionando o momento em 2004, quando se estava voltado especialmente para a criação, política e gestão de Mosaicos no Corredor da Serra do Mar e no Estado de São Paulo.

Desta forma apresentou os seguintes pontos:

- Mosaicos como figura básica para implementação das RBMA's, sua gestão integrada e participativa, juntamente com os Sítios do Patrimônio Natural cujo trabalho e recurso para sua implementação vem se perdendo;
- As linhas de atuação do Programa “Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica”, traduzidas na criação de três novos Mosaicos, a saber: Mosaicos da Serra da Bocaina, da Serra da Mantiqueira e Mosaico Central Fluminense.
- Projeto de Criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Jacupiranga, relacionado aos processos de criação de novas UCs ou recategorização de outras.
- Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica, parceria The Conservation Foundation / Conservação Internacional.
- Salientou o cuidado para não considerar a figura do Mosaico de forma tão rígida e aproveitar as oportunidades criadas nos processos, visto que há perfis diferenciados entre os Mosaicos.
- Nesta perspectiva, foi citado o exemplo do Mosaico Central Fluminense que fomentou a criação de novas UCs municipais como aconteceu, recentemente, com a criação do Parque Natural Montanhas de Teresópolis. Outros exemplos: o Mosaico dos Manguezais da Baía de Vitória com forte participação de municípios; Mosaico Lagamar que deverá trazer a sobreposição de Mosaicos (Jacupiranga e Ilhas) e mosaico de Murici que terá forte participação de RPPNs na sua composição;
- Comentou importância da vontade política de trabalhar a figura do mosaico como a grande mola do processo de conservação, devendo portanto ser estimulada. Outra estratégia é a ampla divulgação da figura, a fim de aumentar a adesão;
- Destacou as áreas focais do Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica (RBMA), a saber: Mosaicos do Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica, Mosaicos do Corredor Ecológico da Serra do Mar / Mantiqueira e Mosaicos do Corredor Ecológico Nordeste;
- Principais objetivos e atividades do Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

As seguintes questões suscitaram esclarecimentos do apresentador:

- O uso de APAs – Áreas de Proteção Ambiental dentro dos Mosaicos;
- O desvirtuamento do uso dos Corredores Ecológicos;
- Aparecimento de figuras territoriais como os “corredores de projetos” sem maiores critérios ou funcionalidade;
- A criação dos Mosaicos deverá se dar de acordo com a realidade de cada região. Desta forma, podem ser criados por lei, decreto ou portaria. Conforme a situação, usar o instrumento mais adequado. De modo geral, o ideal é que a iniciativa seja do Poder Executivo para criação do mosaico, ou seja, criados por decreto, para não ficar atrelado aos trâmites do legislativo. No âmbito estadual o instrumento mais adequado é a “resolução” ou “portaria”;
- O mosaico gera custos, demandas e oportunidades – deve-se provê-lo de sustentabilidade financeiramente;
- A logística de otimização dos recursos é mais difícil quando envolve UCs de diferentes instâncias de governo.

10:45 - 12:15 - SUBSÍDIOS PARA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE MOSAICOS

Este bloco foi composto por três apresentações dos resultados de Seminários/eventos anteriores.

Apresentação: “Seminários de Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia” – GTZ/ WWF – Marcos Roberto Pinheiro



Figura 6: Apresentação Marcos Pinheiro – WWF



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Resumo da apresentação:

O Sr. Marcos Roberto Pinheiro apresentou os resultados do 1º e do 2º Seminários de áreas Protegidas da Amazônia, salientando:

- Mosaico Estadual do Apuí como exemplo de processo de criação de um mosaico pensado desde o início para assumir esta figura. Suas nove áreas protegidas apresentam diferentes categorias e ecossistemas;
- Criação do 1º. Seminário para discutir o termo, coletando: experiências; identificando potenciais; as vantagens dos Mosaicos (ações conjuntas, gestão integrada, otimização de recursos e integração de infraestrutura), as desvantagens (dificuldades no relacionamento, sobrecarga de ações e pouco recurso financeiro);
- Requisitos para formação de um mosaico: interesse em compor o mosaico; equipe local atuante; processos de implementação de unidade existente; identidade regional, insumos existentes; propiciando conectividade e fluxo gênico; processo governamentais e cooperação técnica;
- Processo de reconhecimento: definição da proposta de mosaico; mobilização; formalização do grupo de trabalho;
- Reflexões: o reconhecimento do mosaico ajuda nos processos de transição do governo e pode ser um instrumento de integração de governo; Como garantir a representatividade dentro dos conselhos dos mosaicos? Identidade territorial e logística são muito importantes na formação dos mosaicos (exemplo: áreas Protegidas do Baixo Rio Negro onde pretende-se criar três áreas de gestão dentro do mosaico por conta de diferentes identidades territoriais);
- Importância do uso do sistema de planejamento em cascata (proposta da ELAP – Escola Latino-americana de Áreas Protegidas) onde a otimização dos recursos nas ações inicia pelo planejamento macro do mosaico e desce para cada UC;

Esclarecimentos solicitados e questões levantadas:

- Mosaico Tucuruí reconhecido formalmente pelo Estado do Pará. Primeiro Mosaico criado no Brasil, composto por duas Florestas Estaduais e Reserva Estadual por compensação de barragem;
- Importante consolidar o diálogo entre as esferas de governo dentro do Mosaico;
- Como efetivar a gestão integrada? Quais as vantagens no Mosaico no território?
- A criação das UCs é individualizada e o Mosaico pode solucionar conflitos do processo de criação;
- A secretaria executiva tem grande relevância no processo de gestão;
- Qual o tratamento que está sendo dado para as demais áreas protegidas dentro do Mosaico?
- Necessidade de trabalhar em diferentes escalas e mecanismos de gestão para a conservação.

**Apresentação: “I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica”
- RBMA / TFC-CI / RMA / MMA – São Paulo – SP – Heloisa Dias – RBMA**



Figura 7: Apresentação Heloisa Dias – Seminário Áreas Protegidas

Resumo da apresentação:

A Sra. Heloisa Dias apresentou os principais resultados e subsídios do “Seminário Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica (Semana da Mata Atlântica) – Viva Mata 2009”, destacando seu programa, resultados, alguns destaques e desafios para a gestão integrada. Foi apresentada, também a versão preliminar do Mapa de Mosaicos dos diversos biomas brasileiros e uma listagem das iniciativas.

Da sua apresentação ressaltaram questões como:

- Necessidade de trabalhar em diferentes escalas e mecanismos de gestão para a conservação;
- Os mosaicos fomentaram a discussão de gestão territorial;
- Novas iniciativas de criação de mosaicos;
- Mosaicos constituídos de várias formas, conceitos e necessidades;
- O momento no país não é favorável a mudanças na legislação mas deverá ser aprofundado o marco regulatório de mosaicos, corredores e reservas da biosfera;

Houveram vários esclarecimentos, que foram selecionados como destaques:

- Necessidade de atualizar o mapeamento de todas as iniciativas de mosaicos – RBMA/GTZ/WWF;
- Necessidade de diferenciar os mosaicos já constituídos e as iniciativas ainda não formalizadas;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- O mosaico deve trazer uma meta de conservação/objetivo maior que a das UCs individualmente;
- O mosaico não pode perder seu objetivo maior de conservação em prol da institucionalização, manter certa flexibilidade é importante;
- Sua maior riqueza está na integração de UC's de categorias diferentes e suas zonas de amortecimento para implementação de uma política de conservação;
- Mosaico é diferencial no sentido de dirimir conflitos;
- Mosaicos são “reconhecidos” ou “criados”? Quando vale a pena “fazer” um Mosaico?
- Mosaicos constituídos por diferentes esferas governamentais;
- Qual e como medir sua efetividade?
- Necessidade de representações dos órgãos gestores das UCs nas discussões;
- Mosaico como reforço das estratégias de conservação;
- O desafio de comunicação com a sociedade - para garantir a conservação das áreas há a necessidade que a comunidade se aproprie da figura e das estratégias de conservação;
- Mosaico de quem? Para quem? A meta é criar mosaico ou fazer conservação?
- A importância dos mosaicos no PNMA – Plano Nacional da Mata Atlântica.

Apresentação: “I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade” – DAP / SBF / MMA / WWF - Brasília – DF – Fernando Lima – MMA/SBF/DAP



Figura 8: Apresentação Fernando Lima – MMA/SBF



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Resumo da apresentação:

O Sr. Fernando Lima iniciou com o tema “Gestão territorial para a conservação, Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos”. Sua apresentação salientou a importância do conhecimento do território e criou um panorama nacional dos Biomas Brasileiros, as UCs e TIs, as Reservas da Biosfera, os Corredores Ecológicos e os Mosaicos de UCs. A seguir, apresentou os resultados do I Seminário de Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade que objetivou discutir os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei nº 9.985/2000 e subsidiar os próximos passos para a elaboração de uma estratégia nacional de gestão territorial para o SNUC. Neste evento foram discutidos três temas: Território, Gestão e Institucionalização, base regulatória e sustentabilidade financeira.

O palestrante salientou ainda:

- A DAP criará um *locus* de gestão territorial;
- O MMA não tem predileção por instrumentos de gestão, todos são importantes;
- O Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – DTBS é pré-requisito nos mosaicos fomentados pelo MMA;
- O que é mais importante? Os instrumentos, as ferramentas ou o território?
- A prática do território é que definirá o melhor instrumento a ser aplicado;
- A banalização dos instrumentos se dá pela falta de internalização dos mesmos no território;
- A metodologia de construção deve ser participativa para legitimar o instrumento;
- O ordenamento território deve ter interface com as diferentes áreas de planejamento do território (MDA, MDS, etc);
- Tem que se ter o instrumento, mas tem que se ter também a ferramenta;

Esclarecimentos e questões relevantes:

- Necessidade de ficar mais claro o papel de cada parceiro e não ter característica de um trabalho exclusivamente de governo;
- Tirar do atual evento uma lista com o máximo de informações sobre os Mosaicos existentes ou em processo;
- Necessidade da inclusão das APAs – Áreas de Proteção Ambiental no debate, pois estas são um instrumento de gestão muito similar ao mosaico;
- Publicação: A Dimensão Territorial do Brasil – Ministério do Planejamento.

Intervalo para almoço

13h30min - 15h00min - CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA LATINO-AMERICANA DE ÁREAS PROTEGIDAS – UNIVERSIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – ELAP/UCI

A seguir, as apresentações dos representantes da Costa Rica e Bolívia e as contribuições da Escola Latino-americana de Áreas Protegidas – ELAP.

Apresentação: “Princípios do Enfoque Ecosistêmico aplicado à gestão de Mosaicos” – Stanley Arquedas



Figura 9: Apresentação Stanley Arquedas – Enfoque Ecosistêmico

Resumo da apresentação

O Sr. Stanley Arquedas (Bolívia) – esclareceu que o termo provém da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e foi aprovado na COP5.

Desta forma, a força do enfoque ecosistêmico se dá a partir do momento que se pretende não apenas a integração dos gestores das UCs, mas, também, da sinergia de seus territórios, ou seja, o manejo integrado de terra, água e recursos vivos para sua conservação e uso sustentável.

Assim:

- O enfoque ecosistêmico não é método, mas uma filosofia de trabalho;
- Devem ter seus princípios integralmente aplicados;
- É uma compilação das lições aprendidas nos processos de gestão;
- É consenso entre os membros do CDB;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- Opera com maior força “na gestão que busca paisagens funcionais, onde se combinam espaços silvestres com antropizados, buscando para ambos a integridade e viabilidade respectiva”;
- Apresenta-se como um conjunto de 12 Princípios acompanhados por 5 orientações operacionais;
- Apresentados os Projeto OSA, na Costa Rica, e Projeto Ecorregional, na Bolívia, salientando o Plano de Manejo desenvolvido de forma participativa, com capacitação dos grupos de funcionários e da comunidade, identificação dos atores, definição dos objetivos de gestão, aspectos de governança e geração de capacidades.
- Para tal enfoque dar resultado, é preciso trabalhar com todos os sistemas de planejamento do território, ou seja, os diversos usos, focos e formas de gestão.

Esclarecimentos solicitados ao palestrante

- As experiências utilizadas pela Costa Rica e Bolívia ainda estão em curso e podem ser utilizadas como método?
- Espera-se que o marco regulatório traga um pouco do método e/ou aplicação dos Mosaicos;
- O Mosaico pode partir das UCs ou do território
- O Mosaico é um instrumento de gestão ou apenas um novo território?
- Necessidade de discutir as ferramentas para os instrumentos;
- Território de análise, dos limites das AP e atuação;
- Necessidade de sistematização dos modelos para comparar.

Apresentação: “Pensando uma Rede Latino-americana de Gestão Integrada de Territórios Sustentáveis - (ou Sub-Seção da Red Virtual de Áreas Protegidas Latino-americanas da IUCN)” – Eduard Muller



Figura 10: Apresentação Eduard Müller – Rede Latino-americana



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Resumo da apresentação

O Sr. Eduard Muller - Costa Rica buscou apresentar um panorama das Áreas Protegidas, demonstrando o quanto estão ameaçadas e perdendo força política em função de fatores atuais, tais como:

- No Painel Intercontinental de Mudanças Climáticas, as previsões mais recentes demonstram que estamos ultrapassando os cenários mais pessimistas e que haverá séria perda da biodiversidade terrestre e marinha;
- Para se contrapor a este cenário é preciso se estabelecer um Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas, considerando as quatro bases da Convenção da Biodiversidade, cujos elementos seguem:
 - Criação, fortalecimento e gestão integrada de áreas protegidas terrestres e marinhas;
 - Governabilidade, equidade e participação (na gestão e nos benefícios) das comunidades locais na gestão;
 - Criar capacidade institucional para planejamento, criação e administração, usando tecnologias adequadas e garantindo sustentabilidade financeira;
 - Conhecimento científico que ajude a criar normas mínimas para avaliar a eficácia das Áreas Protegidas;
 - Necessidade urgente de se discutir a adaptação. Processo de recuperação é impossível frente aos cenários de mudanças climáticas, sociais e econômicas;
 - Discutir instrumentos não é produtivo, pois as realidades mudarão em pouco tempo e há de se desenvolver capacidades e habilidades humanas para lidar com as mudanças;
 - As cadeias funcionais já estão caindo, degradando (necessidade de um manejo criativo e não adaptativo apenas);
 - Esperança: associar o conhecimento científico ao tradicional e acelerar encontro de soluções;
 - Rede de troca de experiências de gestão. Especialmente para adaptar-se mais rapidamente.

Esclarecimentos

- Cuidado com a proliferação de comitês e conselhos quanto à sua operacionalidade;
- Na gestão de APs, construir cenários desejáveis e não apenas os catastróficos;
- Aproveitar a experiência das redes existentes para a construção da nova, mas não deixar sua coordenação no MMA por conta da inconstância política;
- Como garantir que o conhecimento tradicional não se perca e se perpetue;
- Falta de cenários que incluam as UCs como uma ferramenta para o problema;
- O movimento ambientalista é a oposição no país atualmente porque é o único que questiona as propostas;
- Deveria se trabalhar o conceito de êxito para os Mosaicos (os objetivos foram alcançados?).

15h00min - 15h30min - CONTRIBUIÇÕES AO MARCO REGULATÓRIO DE MOSAICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS – Clayton Ferreira Lino

Resumo da apresentação

O Sr. Clayton F. Lino - Presidente da CB-RBMA – apresentou o documento Contribuições ao Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas elaborado pela RBMA como referencia para as discussões dos Grupos de Trabalho que se seguirão à sua apresentação.

O palestrante apresentou breve histórico da figura dos Mosaicos, explorou os aspectos de sua definição como instrumento de gestão integrada e participativa de áreas protegidas e explicou a legislação relacionada ao tema que estabeleceu as formas e instrumentos de gestão, destacando o papel do Conselho Gestor.

Além disso, abordou aspectos da gestão de mosaicos, corredores ecológicos e outras figuras, levantando a discussão de quais Áreas Protegidas deverão ser incluídas nos Mosaicos, entre outras questões relacionadas ao território e à gestão. Tudo isso com intuito de adiantar algumas questões que seriam discutidas a seguir nos grupos de trabalho. O documento acima mencionado foi disponibilizado na íntegra para os grupos de trabalho encontra-se anexo a este relatório.

15h30min - 18h00min – GTS TEMÁTICOS – BASE CONCEITUAL E MARCO REGULATÓRIO PARA MOSAICOS



Figura 11: Grupo de trabalho preto – 1º dia de trabalho

Para melhores resultados e facilidade no processo de discussão, os participantes da Oficina foram divididos em dois grupos de trabalho (grupos prata e preto) que discutiram as questões propostas e agrupadas em dois Macro temas.

Ao se reunirem os grupos foram orientados e eleger um coordenador e um relator. Neste momento receberam, além do material de apoio individual (entregue com as pastas no ato de inscrição), material de apoio aos GTs (vide ANEXO), onde foram incluídos os destaques que surgiram ao longo das palestras/apresentações do primeiro dia.

Desta forma, os resultados dos grupos de trabalho foram compilados e agrupados de forma a sintetizar as impressões de todos os participantes.



Figura 12: Grupo de trabalho prata – 1º dia de trabalho

Os moderadores e relatores de cada grupo foram os mesmos nos dois dias e seguem abaixo.

	GRUPO PRATA	GRUPO PRETO
Coordenador	Camila Michelin	Marcos Roberto Pinheiro
Relator	Dennis Patrocínio	Roberta Holmes

Os dois grupos se reuniram durante a tarde do primeiro dia e a manhã do segundo.

Um dos grupos realizou uma discussão introdutória envolvendo a questão da criação ou reconhecimento de um mosaico:

Discussão introdutória

- A criação dos mosaicos está condicionada a unidades de conservação já **instituídas**;
- Criação ocorre a partir de um **reconhecimento**, através de critérios que definem o que é o Mosaico, seus objetivos, qual será seu propósito e seu potencial local;
- Identificar a identidade territorial é uma forma de definir os objetivos do mosaico;
- Uma etapa anterior à criação é o reconhecimento do potencial local;
- O reconhecimento de mosaicos de unidades de conservação pode ser um mecanismo, **menos agressivo às comunidades locais**;
- Segundo legislação: formação do mosaico será de maneira integrada participativa;
- O conhecimento tradicional é fundamental para a construção dos objetivos, identidade do mosaico e seu reconhecimento, pois ele é, também, um território cultural;
- No processo de reconhecimento, o mosaico é apenas as áreas protegidas, mas ao conseguir o apoio das comunidades locais, as zonas de interstício podem ser integradas ao mosaico e ocorrer integração entre demais atores;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- Os mosaicos não são unidades de conservação, desse modo, não podem ser criados; podem ser instituídos, reconhecidos. O mosaico ocupou a lacuna entre as Unidades de Conservação que não possuíam uma gestão. Com a criação do mosaico essas áreas foram representadas. O termo criar se referindo a mosaico não é cabível, tornando adequado o uso do termo instituído ou reconhecimento;
- O reconhecimento e entendimento da importância das unidades de conservação pelas comunidades do entorno aumenta a efetividade de sua proteção. A ferramenta de gestão do mosaico é seu conselho, instrumento de gestão;
- Importante incluir uma lógica ecossistêmica e verificar se as áreas são sustentáveis em longo prazo e incluir as comunidades ao mosaico. A questão aqui é se o objetivo será uma gestão institucional integrada ou gestão territorial integrada, definir seu objetivo de forma clara. Para a gestão de território não é necessário possuir unidades de conservação. Unir identidade territorial (física e cultural) de cada comunidade de modo a integrar os diversos atores e suas características.
- O termo território de ação é indicado à questão de gestão física e cultural. Se definirmos quais são as áreas de interesse de ação do mosaico, como APP, reservas legais etc., poderemos compor as áreas de mosaico com essas áreas protegidas não incluídas pelo SNUC. Sugere-se que todas as áreas legalmente protegidas venham a compor mosaicos de unidades de conservação.

Indagou-se quais são as ferramentas para reconhecimento dos mosaicos e qual é seu território de ação?

- Identidade territorial;
- Conectividade física;
- Conectividade funcional;
- Operacionalidade funcionalidade / logística;
- Outros.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Macro Tema I: Territorialidade - Criação e Delimitação de Mosaicos

Questões discutidas

I – O que é o Território do Mosaico?

- * Território Físico
- * Território de ação

Segundo um dos grupos, esta discussão foi intensa no Seminário de gestão territorial em Brasília. Ao considerar outras áreas protegidas, os conceitos de mosaico e corredores ficam confusos. São instrumentos de conservação da biodiversidade e de responsabilidade dos órgãos gestores. A conectividade deve observar os programas e projetos potenciais para área (construção da sustentabilidade financeira das ucs). Os órgãos devem considerar esses instrumentos como oportunidade e observar a funcionalidade do ecossistema.

Ponto principal: Existem dois tipos de mosaicos: o de áreas protegidas e o de unidades de conservação. A Lei do SNUC prevê o primeiro e o Decreto 4.340/2002 regulamenta o segundo.

A pré-existência de áreas protegidas é condição para a definição da área. A proposta é feita a partir das UCs e terras indígenas (núcleo básico). Posteriormente, pode ser trabalhado o interstício, composto de outras áreas protegidas.

São 3 dimensões: funcionalidade ecossistêmica, recorte político e núcleo básico (UCs e TIs). Ressalta-se que essas dimensões ocorrem em um cenário dinâmico.

Linhas: operacional (gestão) e funcional (conectividade e reconhecimento da identidade cultural).

Objetivo: buscar uma meta maior que a UC isoladamente não atinge. O objetivo do mosaico é maior que a somatória dos objetivos das UCs isoladas. Necessidade da pré-existência de uma motivação (conservação, ameaça, desmatamento, desenvolvimento turístico, identidade cultural).

O processo de reconhecimento do mosaico é dividido em três dimensões:

Proposta e estudos prévios: é o território de análise que deve considerar os aspectos operacionais e funcionais.

Reconhecimento: é o território físico/legal (lista de UCs e outras áreas protegidas, conforme o caso)

Planejamento e gestão: é o território de ação.

II – Composição e delimitação do Território

II.1 – Na delimitação do território dos mosaicos que peso deve ter os fatores indicados?

Fatos	Peso	Observações
Identidade territorial		
Conectividade física		
Conectividade funcional		
Operacionalidade		



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Funcionalidade / logística		
Outros		

Cada grupo preencheu a tabela conforme seus critérios próprios de pesos relativos.

Um dos grupos adotou o intervalo de 1 a 5 para distribuir os pesos.

A tabela resultante segue:

<i>Fatos</i>	<i>Peso</i>	<i>Obs</i>
<i>Identidade territorial (sociedade, economia, paisagem e cultura)</i>	4	
<i>Conectividade física</i>	3	
<i>Conectividade funcional</i>	5	
<i>Operacionalidade/ funcionalidade/logística</i>	4	
<i>Objetivo de conservação</i>	5	
<i>Conservação da biodiversidade</i>	5	
<i>Desenvolvimento sustentável</i>	3	

O outro grupo preferiu dividir os pesos de 1 a 3, atribuindo um adjetivo qualitativo

1 – pouco, 2 – médio, 3 - muito importante

Fatos	Peso	Observações
Identidade territorial	3	
Conectividade física	2	
Conectividade funcional (ecológica)	3	<i>Considerando conectividade funcional as relações ecológicas entre os fragmentos.</i>
Operacionalidade funcionalidade/ logística	2 e 3	<i>A ser definido: divergência no grupo quanto ao peso</i>
Outros		

Observação da tabela:

- Fatores que podem influenciar na delimitação territorial de mosaico e que devem ser considerados, dentre eles: Políticas públicas desenvolvimentista/grandes empreendimentos / uso do solo/ áreas prioritárias para conservação (PNAP).
- Identificar áreas potenciais para a ação do mosaico

II.2 - Deve haver critérios mínimos para a criação de mosaicos?

Sim, deve haver critérios mínimos para a criação de mosaicos e definidos em roteiros metodológicos.

Critérios sugeridos: objetivo de conservação comum; implementação mínima da área (equipe e estrutura); núcleo básico (UCs e TIs).



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Não precisa, mas é desejável, a formação dos conselhos das UCs.

Lembrar que, ao compor um mosaico, as UCs não perdem os compromissos individuais (plano de manejo, conselho etc.). O mosaico pode, inclusive, estimular e contribuir para a implementação das UCs.

II.3 - Em que medida o enfoque ecossistêmico pode contribuir na delimitação dos mosaicos (e sua gestão?)

Pode ser considerado base para a definição do mosaico. Oferece princípios que norteiam a conservação do funcionamento dos ecossistemas e reprodução social e cultural. O mosaico é uma oportunidade de solucionar conflitos sociais e ambientais e ordenar o desenvolvimento (reorganização do território).

Na opinião do outro grupo o enfoque ecossistêmico pode: dar embasamento para tomada de decisões como na delimitação; proporcionar uma visão mais integrada e a intencionalidade de manter o ecossistema funcionando; trabalhar aspectos de governança participativa e descentralizada com participação de todos os atores e enfoque multidisciplinar; valer-se não apenas do conhecimento científico, mas também do conhecimento tradicional (trocar experiências entre a comunidade e o meio científico); ajudar a definir metas de conservação de longo prazo e a avaliar os ecossistemas quanto à sua funcionalidade; ajudar os mosaicos na consecução dos objetivos de conservação do território e não apenas como integração de instituições.

II.4 - Como tratar áreas de interstício entre áreas protegidas na definição do território do mosaico?

Um grupo considerou que a área de atuação é definida em cada caso. O interstício é incorporado e tratado no Plano de Ação do mosaico e, atualmente, não entra na fase de reconhecimento do mosaico (território legal/físico). O plano de ação deve trabalhar com outras políticas de ordenamento e uso do território (pdot, zee, estatuto das cidades, contratos, código florestal etc.). O grupo entendeu que esse ponto deve ser mais discutido, buscando avanços institucionais para a adequação legal do que ocorre na prática. Necessidade de regulamentação para definição de áreas protegidas e tratamento do interstício. A evolução do processo deve contemplar a delimitação de uma área para mosaico (shape).

Recomendação do grupo: um reconhecimento formal/institucional do plano de ação após o reconhecimento do mosaico. Essa proposta tem o risco de não adesão das unidades federativas por receio de criação de novas intervenções/limitações de uso territorial.

O poder de gestão de áreas de interstício é diferenciado;

Enfatizar as áreas de amortecimento das UCs;

II.5 - Uma Unidade de Conservação pode/deve participar de mais de um mosaico? Como tratar as superposições de mosaicos?

Sim, uma UC pode participar de mais de um mosaico, desde que respeitados, em cada caso, a funcionalidade e a identidade do território. Vai depender da motivação para o reconhecimento e das peculiaridades do território (exemplos: mosaico central fluminense e Amazônia).

Uma Unidade de Conservação pode participar de mais de um mosaico, devido a suas características ecológicas.

Uma UC pode participar de dois mosaicos, desde que reconhecida sua importância.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Se os responsáveis pela gestão da UC reconhecerem a importância de participar de dois mosaicos, então podem ser trabalhados em conjunto.

Quanto à superposição de mosaicos, se dá o mesmo. Pode haver superposição, desde que identificadas sua identidade territorial correspondente ao mosaico.

Neste caso deve haver comunicação efetiva entre os mosaicos e não apenas a gestão individual de cada unidade de conservação (a gestão integrada deve funcionar).

III - Instrumento e instância de criação

III.1 – Quando a área proposta envolver áreas protegidas de diferentes níveis de governo que critérios devem ser considerados na definição da instância que criará o mosaico (e para gestão integrada?).

Deve descentralizar o reconhecimento e gestão, de maneira a todas as esferas de governo poder reconhecer mosaicos (sugere-se desenvolver Instrumentos para o Estado definir atribuições de criação). Vai depender da liderança e da relevância. Ressalta-se que, quando houver mais de uma esfera, é obrigatória a manifestação de interesse de todas. O limite geopolítico é determinante para a escolha da esfera de reconhecimento.

Ideal: que o processo de reconhecimento seja a partir de uma mobilização da base (UCs) e com provocação dos órgãos gestores.

Quando o reconhecimento não resulta da mobilização das UCs, ou seja, a iniciativa é governamental, recomenda-se reforçar o processo de comunicação/sensibilização na formação do conselho.

Na prática, em alguns casos, a iniciativa é da sociedade civil.

III.2 – Que critérios devem ser considerados para se definir o melhor instrumento legal de criação de mosaicos?

Alguns critérios gerais podem ser: significância; agilidade de aprovação; flexibilidade e, principalmente, a escolha de uma norma “forte”.

Sugere-se que seja ato do Executivo. Apesar de o mosaico ter um caráter dinâmico, o decreto é o instrumento desejável nos níveis estadual e municipal. No caso de reconhecimento federal, segue a obrigação da Portaria do MMA.

Lacuna: buscar conversa com a Funai para a inclusão das TIs nos territórios.

Após o reconhecimento, sugere-se a celebração de termos de cooperação técnica para implementação do plano de ação.

IV – Dinâmica do território

Uma vez criados, o território dos mosaicos pode ser aumentado (ou reduzido) com a adesão de novas áreas protegidas (ou desistência/exclusão de outras?). Que critérios e mecanismos devem ser utilizados nestes casos?

Antes de qualquer coisa, definir critérios de entrada e/ou saída do conselho.

Inclusão de novas áreas: depende de aprovação do conselho. Carta de adesão com os interesses e compromissos é analisada.

Para compor o mosaico, o grupo recomenda a celebração de termo de cooperação técnica. Esse termo é para facilitar e organizar o trabalho entre as instituições/partes.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Exclusão do mosaico: no momento de reconhecimento do mosaico pode haver a definição de compromissos (termo de cooperação técnica). A exclusão deve ser formalizada, justificada e com aprovação do conselho (institucionalizada). O procedimento pode estar definido no próprio termo de cooperação técnica.

Nos dois casos, precisa da elaboração de novo ato com a nova composição.

Além desses aspectos de entrada e saída do conselho, a gestão participativa e a participação voluntária fazem com que caiba à própria gestão do mosaico, definir meios para a participação efetiva.

Propor revisão periódica, prevista em regimento interno e em seu plano de ação, avaliando a efetividade e a pertinência da manutenção da composição do mosaico.

Deve ser desenvolvido um plano estratégico, o qual deverá ser “guarda-chuva” ao plano de ação.

V - Consolidação do território

Como divulgar / consolidar o território do mosaico em campo e no conhecimento da sociedade local e geral?

O próprio ato de reconhecimento é um elemento de comunicação/divulgação do mosaico.

Se a iniciativa for das UCs, pressupõe uma gestão comum e institucional. Nesse caso, no âmbito dos conselhos das UCs, discute-se a participação/atuação da sociedade e a divulgação do mosaico. Pode-se criar um plano de comunicação para o mosaico.

Este plano deverá incorporar uma dimensão interna (local) e outra externa.

Na dimensão interna recomenda-se:

- As informações de divulgação das ações devem ser incorporadas nas comunidades e não apenas divulgadas, essa proposta deverá estar inclusa no plano de comunicação;
- Empoderamento local, adequação do vocabulário, contextualizar as ações, multiplicadores ambientais locais, negociação com os diversos atores envolvidos.

Na dimensão externa recomenda-se:

- Articular os objetivos do mosaico em fóruns deliberativos de desenvolvimento regional (ex: territórios da cidadania).
- O plano de ação deve considerar outros fóruns de articulação regional (comitês de bacias...)



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

SEGUNDO DIA (07/08/2009):

09h00min - 11h30min - GT TEMÁTICOS - BASE CONCEITUAL E MARCO REGULATÓRIO PARA MOSAICOS

Macro Tema II: Gestão Integrada e Sustentabilidade

Questões discutidas

I – Objetivos e competências dos Conselhos Gestores

I.1 – Quais são os objetivos do Conselho? O Conselho do mosaico, segundo o decreto do SNUC, tem caráter consultivo. Existem ações onde deva ter caráter deliberativo, tais como aprovação do plano de ação, inclusão de novas áreas?

Sim, existem ações onde ele deve ter caráter deliberativo. É o caso das questões internas que dependem da ação do conselho.

É consultivo nas questões governamentais ou quando devam ser; respeitadas a as deliberações dos Conselhos (autonomia) das UCs e áreas protegidas.

Desafio é trazer os objetivos do mosaico para os fóruns deliberativos de desenvolvimento regional.



Figura 13: Grupo de trabalho preto – 2º dia de trabalho



Figura 14: Grupo de trabalho prata – 2º dia de trabalho

1.2 Com a criação do mosaico, quais são as novas estratégias ou ferramentas de gestão? Em que medida a figura do mosaico pode contribuir para a criação de novas UCs e outras Áreas Protegidas? Em que medida a figura do mosaico pode contribuir para o ordenamento territorial e a resolução de conflitos na sua área de abrangência?

A seguir, os grupos elencaram várias estratégias:

Plano estratégico: é a base do mosaico, focado nos objetivos comuns, com metas e prazos. O plano estratégico deve identificar outros atores - que não sejam as UCs – que possam contribuir para viabilizar os objetivos. As ações que fortalecem a sinergia devem, preferencialmente, ser incorporadas nos POAs das UCs. No caso de uma normatização, esse assunto deve ficar aberto para incluir o nível de abrangência local. O planejamento do mosaico é refletido nos planejamentos das unidades, num processo definido como “planejamento em cascata”.

Plano de ação: deve atingir as metas definidas no plano estratégico. Deve ser integrado, sem refletir demandas individuais das UCs.

Importante o estabelecimento de moções como ferramenta para viabilizar estratégias de conservação.

O mosaico pode ser propositivo de projetos, mesmo não sendo pessoa jurídica. Por exemplo, um mosaico composto por UCs de uso sustentável pode provocar ações e projetos de uso dos recursos.

Nesse sentido, o mosaico tem um papel importante na reorganização do território, o que envolve a proposição de novas UCs e o tratamento do interstício. O mosaico está em um contexto de desenvolvimento regional e sua atuação deve considerar todos os aspectos regionais (político, ambiental e social). As proposições do mosaico são definidas com foco no seu objetivo maior. O olhar da paisagem identifica as lacunas de conservação e direciona a atuação do mosaico.

O conselho do mosaico não pode ser a somatória dos conselhos das UCs. Deve ter um recorte com a inclusão da sociedade civil. A participação da sociedade civil é fundamental para a manutenção da memória regional.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Uma reunião anual (assembléia) com o conselho do mosaico e todos os conselheiros para a aprovação do plano anual.

Bons exemplos de conselhos: conselhos Bocaina, Mantiqueira e central fluminense.

1.3 - Como promover a capacitação continuada dos gestores dos mosaicos? Como deve ser a articulação do conselho do mosaico com os conselhos de cada unidade?

Capacitação de gestores: pensar em uma capacitação continuada, independente do mosaico, que considere a constante troca de servidores.

Lacunas:

- O entendimento da gestão integrada. O mosaico tem limites nas decisões e deve ser integrador (mediação de conflitos);
- O mandato dos conselheiros das UCs termina em momentos diferentes;
- Em alguns casos, os gestores de UCs não estão preparados.

Os gestores de UCs devem ser capacitados para a coordenação e organização do conselho do mosaico. Ajudar a formar lideranças representativas dos setores e aptas a atuar no conselho (negociação).

Gestão de conhecimento: Exemplo: reservas da biosfera usam Agenda 21 Local. Separar o que pode ser feito localmente, sem ajuda externa, e o que precisa ser incluído em programas governamentais. Usar a Carta da Terra. Esses instrumentos refletem a necessidade de capacitação ao identificar as lacunas e conflitos existentes. Com isso, é formado um processo para tomada de decisões.

Atribuições: o conselho do mosaico atua na paisagem e é orientado pelos planos de trabalho. Outras decisões são estratégicas nas UCs e discutidas nos conselhos das UCs. Se necessário, a discussão pode provocar o conselho do mosaico. Recomenda-se atenção para não esvaziar os conselhos das UCs.

II - Relação entre mosaicos e outras unidades

Quando as ações devem ser conjuntas / compartilhadas pelos gestores das áreas protegidas que compõem o mosaico e quando devem permanecer a cargo de cada área?

Que critérios devem ser definidos para tomada de decisão? Quando se deve exigir consenso?

Como o mosaico pode fortalecer a implantação de cada uma de suas unidades? E atingir melhor seus objetivos de conservação da biodiversidade, manutenção de serviços ambientais e desenvolvimento sustentável?

Deve haver cartas de compromisso (pactuação de princípios comuns ou programas integrados, destinação de recursos?)

Ações compartilhadas com as UCs: o plano de ação integrado define o que será feito pelo mosaico, de forma compartilhada.

O conselho é um fórum importante para o monitoramento das ações do mosaico. O monitoramento deve estar previsto no plano estratégico (definição de indicadores para analisar a efetividade do mosaico). Ressalta-se que a efetividade do mosaico não significa a efetividade das UCs isoladamente (implementação das UCs).

O mosaico é para implementar ações de desenvolvimento e conservação em um dado território.

Tomada de decisão: fica em aberto. O regimento interno define.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Os planos de manejo das UCs devem ser considerados na elaboração dos planos estratégicos e de ação. As UCs são beneficiadas pela implementação do plano estratégico. Exemplo: fiscalização conjunta e planejamento da paisagem.

O mosaico potencializa, a partir da análise da paisagem (olhar maior e comparativo das UCs), as ações de manutenção de serviços ambientais e desenvolvimento sustentável.

Cartas de compromisso: o grupo entende que o termo de cooperação técnica e convênios são mais efetivos e devem ser usados nas relações institucionais. A carta de compromisso, por ser mais frágil, pode ser usada com a sociedade civil que queira contribuir. É importante para oficializar a representação de setores / comunidades.

III – Plano de Ação e Monitoramento

Que componentes deve ter um plano de ação do mosaico? Programas comuns, ações compartilhadas? Mecanismos / indicadores de monitoramento.

Esta questão não foi respondida por nenhum dos grupos.

IV – Sustentabilidade

IV.1 - Como se pode assegurar a sustentabilidade e o fortalecimento dos mosaicos? Quem mantém a secretaria executiva, reuniões, comunicação e projetos integrados?

Como disponibilizar / gerenciar os recursos financeiros das dotações orçamentárias específicas de cada instância de governo e de outras fontes (fundos, doações etc.)?

Como priorizar e reforçar a sustentabilidade nas estratégias de ação?

Os grupos elencaram inúmeras idéias que seguem abaixo:

- Promover a aliança entre as unidades de conservação inseridas no mosaico, para captar recursos em conjunto;
- Articulação com projetos de capacitação em gestão participativa, Rede de gestores de UCs PDA/MMA.
- Sustentabilidade para as ações do mosaico (fiscalização), promover recursos humanos próprios para a gestão do mosaico, instituindo pessoa jurídica (terceiro setor) especificamente para o mosaico;
- Possuir fundos específicos para a manutenção do mosaico, obrigatoriedade dos POAS para manutenção dos mosaicos (fundos específicos);
- Projetos que tenham como objetivos a captação de recursos, discutidos e elaborados de maneira conjunta;
- O conselho do mosaico define que instituições devam ser mantenedoras dos recursos provenientes de patrocínios aos mosaicos;
- Um dos critérios para captação de fundos é definir os objetivos do mosaico;
- Capacitação aos gestores das unidades de conservação com o objetivo de sustentabilidade das UCs e captação de recursos para manutenção das ações;
- Apoio do governo para manutenção dos mosaicos, proposta de criação de um fundo nacional para mosaicos, linhas de financiamento);
- Resgatar a lista de sugestões para sustentabilidade do Seminário sobre Gestão Territorial, realizado em Brasília.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- A questão fundamental para sustentabilidade do mosaico é o desenvolvimento de um plano estratégico. Dentro de cada plano (de ação e estratégico) deve constar o plano financeiro (estratégias de arrecadação e de gestão financeira). Pode não ser muito simples, pois há concorrência dos planos das UCs. Necessidade de habilidade no planejamento.
- Cuidado na divulgação do planejamento financeiro/espectativa/obrigatoriedade.
- Estratégia de arrecadação: deve ser discutida (identificar lacunas e garantir recursos);
- O planejamento financeiro é um importante instrumento de negociação. São 3 dimensões financeiras:
 - Estratégia financeira do todo: influencia políticas públicas;
 - Estratégia financeira privada: mercado local e qualificação de produtos;
 - Estratégia financeira de cada UC;
 - Lacuna: gestão do recurso.
- Além disso, a estratégia deve ser construída em 3 tempos: curto, médio e longo prazo.

IV.2 - Como o mosaico pode se beneficiar de editais, fundos, parcerias, se não tem personalidade jurídica?

- O mosaico não deve ter personalidade jurídica. Os benefícios (fundos, editais e parcerias) são obtidos pelas UCs;
- O terceiro setor, devido a sua agilidade burocrática, poderá captar recursos desde que o conselho defina como objetivo e constando em regimento interno (sustentabilidade financeira);
- Cada caso vai definir a sua estratégia, exemplos:
 - UC com personalidade jurídica;
 - Planejamento em cascata;
 - A estratégia de ação vai determinar a estratégia financeira;
 - Fundo;
 - Pagamentos por serviços ambientais, ICMS ecológico e compensação ambiental;
 - Agência de desenvolvimento sustentável pode fazer contratos com as UCs do mosaico (ex: funciona como operador dos pagamentos por serviços ambientais). Captação e gestão de recursos.
 - Bolsa floresta
 - Lei de mudanças climáticas

13h30min - 15h30min - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS GT TEMÁTICOS - PLENÁRIA E COMENTÁRIOS FINAIS

Após o almoço do segundo dia, foram apresentados os resultados dos GTs para os dois Macro temas: "Territorialidade – Criação e Delimitação de Mosaicos" e "Gestão Integrada e Sustentabilidade".

Após a apresentação de um dos grupos, houve uma breve apresentação de Stanley Arquedas, relacionando o Planejamento Estratégico ou "planejamento em cascata" com os Planos de Manejo, que orientarão os Planos Operativos, num processo de retroalimentação.



Figura 15: Apresentação dos resultados em plenária do Grupo de trabalho preto



Figura 16: Apresentação dos resultados em plenária do Grupo de trabalho prata

AVALIAÇÃO / COMENTÁRIOS FINAIS:

Após o final do evento foi promovida uma rodada para avaliação e comentários finais dos participantes, destacando-se:

- A prática está ultrapassando o que o marco regulatório propõe e isto demonstra a evolução dos trabalhos e iniciativas;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- Valorizada a sinergia e convergência dos grupos, demonstrando a necessidade de um novo marco regulatório mais próximo da prática dos mosaicos; ênfase na valorização da figura do mosaico no âmbito da comunicação; sugere criação de dotação orçamentária e financeira para os mosaicos para facilitar trabalhos, convênios, cooperações;
- Enaltecida a riqueza dos debates, enfatizando a importância de se conhecer e discutir a questão em outros biomas, o que pode ajudar muito a evolução dos trabalhos; destacada a importância do MMA estar buscando acompanhar as discussões da sociedade civil; comunicar a existência dos mosaicos a comunidade só é válida se seus gestores entenderem que isto é algo importante;
- O mosaico abre possibilidade de adaptação a novas realidades; o mosaico pode não apenas reconhecer uma identidade, mas também fortalecê-la; desafio: como podemos normatizar a questão sem engessar e resguardar as peculiaridades de cada região/bioma; a rede pode fortalecer a figura dos mosaicos para aplicação mundial; deve-se ter um cuidado especial para não reduzir a importância do desenvolvimento sustentável no enfoque do mosaico;
- Muito rica a junção de mais de um bioma na discussão; igualmente a junção de pessoas que pensam a questão e que, ao mesmo tempo, operam na ponta, trazendo as duas visões; sugere o encaminhamento de um documento ao MMA, sugerindo formas de apoio financeiro à figura dos mosaicos para não perder o momento político e a mobilização das instituições;
- Sugerido para os próximos eventos um misto entre discussão de conceitos e apresentação de experiências reais (estudos de caso) sobre os temas discutidos;
- Enaltecida a riqueza do debate e a forma objetiva de condução do evento, o que trouxe o que se quer saber; mosaico não é apenas uma gestão integrada, mas também um planejamento integrado e isto foi valorizado; por exemplo a experiência do Mosaico Amazônia Meridional tem trabalhado uma visão macro no planejamento, mas local na execução; foi lembrado que o fato de focar a discussão e trabalhos em mosaicos não desvaloriza as demais figuras de conservação e gestão;
- Sugeriu-se se resgatar a discussão e o conceito de corredores ecológicos para que não se perca este instrumento de gestão e seus avanços; proposto a realização de um evento específico para discutir o conceito de corredores ecológicos (mega e pequenos corredores).

15h30min - 16h00min - ENCAMINHAMENTOS GERAIS E ENCERRAMENTO

O Sr. Clayton F. Lino (presidente do CN-RBMA), agradeceu aos presentes e informou que o evento transcendeu as expectativas.

Ressaltou a importância das figuras dos mosaicos e corredores na implementação das Reservas da Biosfera.

Heloisa Dias (RBMA) e Marcos Pinheiro (WWF-Brasil), assumiram a responsabilidade de atualização da lista de mosaicos existentes no Brasil.

Foi destacada a importância de sistematização de um documento conjunto com os resultados das diversas oficinas e eventos realizados para apresentação e discussão no CBUC;

Marcos Pinheiro (WWF-Brasil) sugere que se encaminhe o relatório da Oficina também para a FUNAI.

Elizete Siqueira (IPEMA) se comprometeu a preparar uma minuta de carta a ser enviada pela RBMA ao MMA/SBF/DAP destacando os avanços obtidos e a importância da reunião de esforços coletivos para construção do marco regulatório e base conceitual sobre o tema;

Foi acordado que, a princípio, o encaminhamento da Rede de Conhecimento de Territórios Sustentáveis (Latino-americana) será encabeçado pela ELAP – Escola Latino-americana de Áreas Protegidas.



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Todas as apresentações dos palestrantes serão disponibilizadas em sites da RBMA (www.rbma.org.br) e instituições parceiras.

Agradecimentos

Encerramento



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

4. FICHA TÉCNICA

Realização:

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Parceria:

Conservação Internacional do Brasil
The Leading Travel Companies – Conservation Foundation
Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA
Fundação Florestal - FF
Programa Homem e a Biosfera – MaB - UNESCO

Coordenação do Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica:

Clayton Ferreira Lino
Heloisa Dias

Apoio Técnico e Operacional:

Nilson Máximo

Mediação:

Gustavo Beuttenmüller

Apoio Logístico

Fernando Cesar Capelo
Leiz da Silva Rosa
Angela Marta
Dona Maria
Pedro Castro

Apoio Financeiro

Laryssa Moll Mitsunaga

Apoio de Mídia:

Danilo Costa Silva
Felipe Sleiman Rizzato



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

ANEXOS

ANEXO I – LISTA DE PARTICIPANTES - I Oficina Técnica: Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica



Projeto de Fortalecimento e Intercambio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

I Oficina Técnica: Mosaicos de Áreas Protegidas da Mata Atlântica

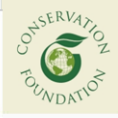
06 e 07 de agosto - Sede da CN-RBMA - São Paulo - SP

Instituição	Convidado	e-mail	Mosaico	Telefone:
AMANE	Maria dos Dolores Melo (Dorinha)	doramelo@hotlink.com.br	Murici	81-32230317 / 99693878
APA Tamalios/ INEA	Monica de Mesquita Nemer	monicanemer@hotmail.com	Mosaico da Serra da Bocaina	24-3367-1520/3367-1673 Cel.: 24-8833-8223
Associação Flora Brasil	Camila da Cunha Michelin	camilaprxv@yahoo.com.br	Extremo Sul da Bahia	73-32949311 / 1741 / 91538886
Associação Mico Leão Dourado	Denise M. Rambaldi	rambaldi@micoleao.org.br	Mosaico Mico Leão Dourado	22-99870887 / 27782025
Associação Mico Leão Dourado	Rosan Fernandes	rosan@micoleao.org.br	Projeto Mosaicos	22-27782025 / 99487600
CN-RBMA	Clayton Ferreira Lino	clino@uol.com.br	Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da M. Atlântica	11-22325728
CN-RBMA	João Lucilio Albuquerque	joalucilio@uol.com.br	Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da M. Atlântica	11-22325728
CN-RBMA	Helorsa Dias	helorcndm@uol.com.br	Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da M. Atlântica	11-22325728
CN-RBMA	Nilson Máximo	yvambiental@gmail.com	Programa Mosaicos e Corredores Ecológicos da M. Atlântica	11-22325728
Conservação Internacional	Luiz Paulo Pinto	l.pinto@conservation.org.br	Iniciativa Mosaicos	31-32613889 / ramal 223 / 96175227
Conservação Internacional	Ivana Reis Lamas	i.lamas@conservation.org	Conservação Internacional - CEPF	31-32613889
Consultor	Augusto Beuttenmüller	agimuller@gmail.com	Consultor / Mediador	11-28869083 / 96855392
FAPESC	Adriana Carla Dias - FAPESC	adrianaforest@gmail.com , adriana@fapesc.sc.gov.br	Norte da Ilha de Santa Catarina	048-32498605 / 84131311 / 82151233
Fundação Florestal	Célia Serrano – Campos do Jordão	celia.serrano@uol.com.br , cserrano@florestal.sp.gov.br	Mosaico Mantiqueira	12-36633762 / 11-84330653
Fundação Florestal	José Amaral Wagner Neto - Fund. Florestal	neto@florestal.sp.gov.br	Mosaicos Jacupiranga, Áreas Marinhas e Juréia	11-29975011/5012
Fundação Florestal	Marilka Britto de Moraes	m.britto@moraes@gmail.com	Mosaico Ilhas e Áreas Protegidas Marinhas do Litoral de SP	11-2997-5011 / 81118928
Fundação Onda Azul	Gerardo Bressan		Baixo Sul da Bahia	71-88977292 / 33213122
Fundação SOS Mata Atlântica	Márcia Hirota	marcia@sosma.org.br	Fundação SOS Mata Atlântica	11-30557888
Fundação SOS Mata Atlântica	Mariana Machado	mpga@sosma.org.br	Fundação SOS Mata Atlântica	11-30557899
Fundação SOS Mata Atlântica	Fábio S. Motta	costa@sosma.org.br	Aliança para Conservação Marinha - SOS/CI	11-30557888
GTZ	Márcia Regina Lederman	marcia.lederman@gtz.de	Amazonas / Amazonia	92-81664232 / 36593612 / 36427646
IEAMA	Gerusa Bueno Rocha	gerusa.bueno@gmail.com	Projeto Corredores Ecológicos - ES	27-31363475 / SEAMA 27-31363476
Instituto Florestal	Rodrigo Victor		R. da Biosfera do Cinturão Verde da Cid. São Paulo	
IPEMA-ES	Elizete Siqueira - IPEMA	elizetesiqueira@hotmail.com	Manguezais de Vitória e Doce - ES	27-33142537 / 99731118 / 99839665
MMA/SBF/DAP	Roberta Holmes	roberta.holmes@mma.gov.br	MMA/SBF/DAP	061-31052064
MMA/SBF/DAP	Fernando A. R. Lima	fernando.rodrigues@mma.gov.br	MMA/SBF/DAP	61 - 3105-2063 ou 9607-7140
parceria IbioInnatus/ICMBio	Francisco Pontes de Miranda Ferreira	francescosantoscentral@gmail.com	Mosaico Central Fluminense	21-26330079 / 95143130
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Evandro Pereira da Silva	evandropnucac@hotmail.com	Grande Sertão - Peruaçu	(38) 3623-1042 / 1043
P. M. de Itabira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Maria Auxiliadora Silva Matoso (Dora)	dorasilvamatoso@yahoo.com.br , ambienteitabira@yahoo.com	Mosaico de Itabira - MG	031-38392312 / 38392350 / 87387811
P. M. de Itabira - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Simone Lorená Fraile Magalhães	simoneora@gmail.com	Mosaico de Itabira - MG	031-38392312 / 38392350
Projeto Tamar - ICMBio	Roberto Storza	rstorza@tamar.org.br	Mosaico da Foz do Rio Doce	27-32221417 / 99844666
PUC Minas	Miguel Andrade - PUC-MG	miguelandrade@pucminas.br , ciencias@pucminas.br	Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço	(31) 33194157 / 87718878
SPVS	Marcelo Bosco Pinto	marcelob@spvs.org.br	Mosaico Lagamar	41-33394638 / 99821605
SPVS	Dennis N. M. Patrocínio	dennis.patrocinio@gmail.com	Mosaico Lagamar	41-96325002
TNC	Analuze Freitas	afreitas@tnc.org	TNC	61-96496030 / 34219113
UICN	Stanley Arquedas - GTZ	stanley@uici.ac.cr	Escuela Latinoamericana de Áreas Protegidas - UCI	
Unesco Brasil	Celso Schenkel	c.schenkel@unesco.org.br	Unesco	61-21063624 / 99845423 / 21063500
Universidad para la Cooperacion Internacional	Eduard Muller	emuller@uici.ac.cr	Universidad para la Cooperacion Internacional	0015-506-2808433/22836464
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Filvina Colacchi	colacchi@biologia.ufrj.br	Serrano Médio Macaé	21-38828662 / 96919199
Universidade Federal do Tocantins	Alexandre Lino Pontalti	ale-pontalti@hotmail.com	Universidade Federal do Tocantins	63-33631426
Valor Natural	Cláudia Costa	claudiacosta@valornatural.org.br	Valor Natural	(31) 3342-4180
WWF-Brasil	Marcos Pinheiro	marcos@wwf.org.br	Amazonia Meridional	92-36443844 / 81593558

Realização



Parceria:



Apoio:





Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

ANEXO II – i - DOCUMENTAÇÃO DE REFERENCIA PARA OS GRUPOS DE TRABALHO

Documento de referência RBMA: Subsídios para Marco Regulatório de Mosaicos de Áreas Protegidas versão 1.0 – agosto 2009

I – Definição e base conceitual:

1 – Os mosaicos foram definidos no SNUC a partir de: "[LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.](#)

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

... Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades...."

2 – Essa definição caracteriza a figura de mosaico como um **instrumento de gestão integrada e participativa de áreas protegidas.**

3 – E que considera:

- A pré-existência de áreas protegidas na região;
- Áreas protegidas (latu sensu) e não apenas UCs;
- Áreas protegidas públicas e privadas (RPPN/RL/APP);
- Áreas protegidas públicas nos 3 níveis de governo;
- Áreas protegidas da mesma categoria ou categorias diferentes;
- Áreas protegidas próximas, justapostas ou sobrepostas que possibilita mosaicos descontínuos (próximos);
- Que os objetivos do mosaico são simultaneamente (e com igual importância) de conservação da biodiversidade, da valorização da sociodiversidade e de desenvolvimento sustentável;
- Que os objetivos do mosaico devem ser implementados em um contexto regional;
- Como pressuposto uma articulação dos órgãos gestores para uma ação integrada, fortalecendo a articulação/planejamento intra institucional quando as áreas protegidas tem um único órgão de um mesmo ente federativo, e o fortalecimento do SISNAMA quando os órgãos são de diferentes estados ou níveis de governo;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- Que a gestão do conjunto deve respeitar as categorias de manejo e autonomia de cada unidade do mosaico, fortalecendo-as e otimizando os recursos disponíveis;
- Que a gestão participativa pressupõe mecanismos institucionais que assegurem a representatividade dos atores (gestores, usuários e agentes regionais) e a efetividade dessa gestão;

Diz ainda que a(s) forma(s) de gestão integrada do mosaico serão definidas no regulamento da lei (decreto).

4 – No “**DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002** que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, define:

- a) A forma e competência para criação/reconhecimento de mosaicos no Capítulo III: “... Art. 8º O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação...”

Observações:

- Diferente do que prevê a Lei (UCs e outras áreas protegidas) o Decreto restringe o mosaico a Unidades de Conservação, o que deve ser corrigido e detalhado;
- Define a criação apenas em nível Federal (ato do Ministério do Meio Ambiente) desconsiderando a competência comum dos demais entes federativos;
- Não considera a possibilidade/interesse de criação de mosaicos via outros instrumentos legais (decretos, leis);
- Coloca como pressuposto o pedido dos órgãos gestores das UCs, ou seja, criação de mosaico tem com ponto de partida a iniciativa e ato voluntário dos órgãos gestores;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

E implicitamente considera:

- Que não são necessários estudos prévios, nem audiências públicas pois não se trata de uma nova área protegida, mas sim um instrumento de gestão integrada de áreas protegidas já existentes;

b) O instrumento básico de gestão do mosaico, conforme Art. 9º.:

“... Art. 9º O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.

§ 1º A composição do conselho de mosaico é estabelecida na portaria que institui o mosaico e deverá obedecer aos mesmos critérios estabelecidos no Capítulo V deste Decreto.

§ 2º O conselho de mosaico terá como presidente um dos chefes das unidades de conservação que o compõem, o qual será escolhido pela maioria simples de seus membros...”

Observações:

- Todo mosaico deverá dispor de um Conselho do mosaico;
- Define que o Conselho com caráter consultivo;
- Volta a falar em UCs e não em áreas protegidas;
- Define o ato de reconhecimento do mosaico como portaria;
- Vincula a composição do Conselho do mosaico aos critérios estabelecidos na Capítulo V do Decreto, o que implica entre outros aspectos na inclusão no conselho de vários setores como órgãos públicos (3 níveis de governo, agências ambientais e de áreas afins) representação da sociedade civil (ONGs, comunidade científica, população, proprietários, trabalhadores, setor privado e comitês de bacias);
- Recomenda composição paritária entre governo e sociedade civil;
- Define mandato de 2 anos, renovável por igual período;
- As reuniões devem ser públicas, com pauta prévia;
- Diz que cabe ao órgão executor (presidência do conselho ou todos no caso do mosaico) convocar o Conselho e prestar apoio a participação dos conselheiros nas reuniões, sempre que solicitado e devidamente justificado;

c) A competência do Conselho Gestor de cada mosaico:

“Art. 10. Compete ao conselho de cada mosaico:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. o acesso às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica; e
6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;

b) a relação com a população residente na área do mosaico;

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico.

Observações:

- Promove a integração de algumas ações (fiscalização, pesquisa, usos nas fronteiras, etc) mas que pode incluir várias outras;
 - Dá ao conselho do mosaico uma importante função na discussão de alocação de recursos de compensação ambiental, mas é preciso ver compatibilidade legal com as competências de cada órgão gestor e dos diferentes níveis do SISNAMA;
 - Indica uma ação político-institucional do Conselho, articulando relação com moradores do mosaico (e seu entorno?) e manifestando-se sobre sobreposição de unidades e outros assuntos de interesse para o mosaico;
- d) Estabelece relação de gestão com corredores ecológicos:
“... Art. 11. Os corredores ecológicos, reconhecidos em ato do Ministério do Meio Ambiente, integram os mosaicos para fins de sua gestão.
Parágrafo único. Na ausência de mosaico, o corredor ecológico que interliga unidades de conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento...”

Observações:

- Considera o conceito de corredores apenas de pequena escala, interligando Ucs e não os macro corredores (como o Corredor Central da Mata Atlântica) que pode “conter” mosaicos;
- O SNUC vincula os corredores a uma UC e seu zoneamento (Art. 25);

Mosaico de Áreas Protegidas

I – Questão básica: o que são áreas protegidas?

1. Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) definidos no Código Florestal;
2. Unidades de Conservação definidas no SNUC:
 - UCs de Proteção Integral;
 - UCs de Uso Sustentável;
 - e suas zonas de amortecimento e corredores ecológicos a elas vinculadas;
3. Reservas da Biosfera, também definidos pelo SNUC:
 - Com suas zonas núcleo, zonas de amortecimento e de transição;
4. Outras áreas (além de UCs, Reservas da Biosfera, RL e APP) no Plano Nacional de Áreas Protegidas (decreto):
 - Áreas indígenas;
 - Áreas Quilombolas;
 - Áreas de Exclusão de Pesca;
 - Sítios do Patrimônio Mundial Natural;
 - Sítios RAMSAR;
5. Áreas protegidas/UCs definidas nos sistemas estaduais e municipais de conservação:
 - Parques Ecológicos (SP);
 - Florestas Urbanas (PE);
 - Estação Experimental (SP);
 - Áreas de Mananciais;
 - Rio Cênico;



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

6. Zonas de proteção definidas em outros instrumentos de planejamento:
 - Zonas protegidas pela lei do GERCO;
 - Nos planos diretores municipais;
 - Nos zoneamentos ecológicos-econômicos;
7. Áreas naturais tombadas
8. Áreas protegidas por força de outras legislações ambientais:
 - Lei da Mata Atlântica (remanescentes primitivos, estágio avançado de regeneração);
 - Lei de Fauna (sítios de reprodução e alimentação de espécies migratórias ou ameaçadas de extinção);
 - Decreto de cavernas (o antigo pois o atual é inconstitucional)

II – Que tipo de área protegida deve compor mosaicos. Quais os critérios devem ser considerados para inclusão no mosaico.

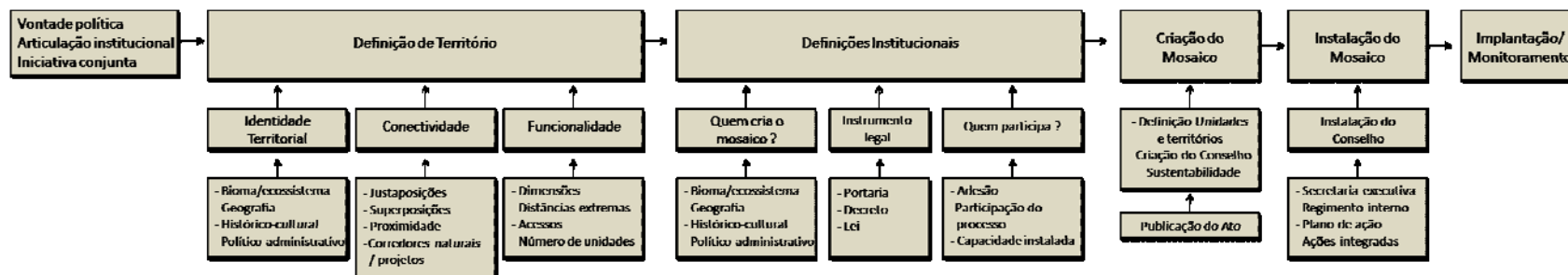
Algumas sugestões:

- Reconhecimento oficial específico para a área;
- Delimitação territorial;
- Clareza sobre responsabilidade de gestão;

Mosaico – Informações Relevantes

1. Atualmente existem (ou estão em fase avançada de criação) mosaicos de âmbito federal, estadual e municipal;
2. Na Mata Atlântica, dentre os mosaicos reconhecidos ou em processo as áreas variam entre 100.000 ha. e 2.000.000 ha. Incluindo entre 5 e 34 áreas protegidas. Na Amazônia chega a 10.000.000 ha.;
3. Alguns mosaicos foram criados por portaria do MMA (federais), outros por leis estaduais (SP/SC) e outros por decreto estadual (APAs Marinhas / SP);
4. Alguns mosaicos estabeleceram outros instrumentos de gestão (além do conselho) como secretaria executiva, câmaras técnicas e planos de ação integrada;
5. Alguns mosaicos foram estabelecidos no processo de revisão e recategorização de Unidades de Conservação pré-existent;
6. Várias áreas protegidas foram (ou estão sendo) criadas no processo de criação de mosaicos;
7. Todos os mosaicos criados tiveram estudos prévios e propostas discutidas nos conselhos das UCs envolvidas e nos seus órgãos gestores;
8. Existem superposição de mosaicos e portanto UCs que participam de 2 ou 3 mosaicos;

Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica





Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Questões a serem discutidas

GT Temáticos – Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

Macro Tema 1: Territorialidade – Criação e delimitação de Mosaicos

Questões a serem discutidas:

I - O que é o Território do Mosaico?

- * Território físico
- * Território de ação

II – Composição e delimitação do Território

* na delimitação do território dos mosaicos que peso devem ter os fatores indicados?

Fatos	Peso	Observações
Identidade territorial	3	
Conectividade física	2	
Conectividade funcional	3	
Operacionalidade / funcionalidade logística	2	
Políticas públicas para conservação e desenvolvimento	2	
Grandes empreendimentos		
Áreas potenciais a serem geridas dentro do mosaico		

- * deve haver critérios mínimos para a criação de mosaicos?
- * em que medida o enfoque ecossistêmico pode contribuir na delimitação dos mosaicos (e sua gestão?)
- * como tratar áreas de interstício entre áreas protegidas na definição do território do mosaico?
- * uma UC pode/deve participar de mais de um mosaico? Como tratar as superposições de mosaicos?

III – Instrumento e instância de criação

- * quando a área proposta envolver áreas protegidas de diferentes níveis de governo, que critérios devem ser considerados na definição da instância que criará o mosaico e para gestão integrada?
- * que critérios devem ser considerados para se definir o melhor instrumento legal de criação de mosaicos?

IV – Dinâmica do Território

- * uma vez criados, o território dos mosaicos pode ser aumentado (ou reduzido) com a adesão de novas áreas protegidas (ou desistência/exclusão de outras)? Que critérios e mecanismos devem ser utilizados nestes casos?

V – Consolidação do Território

- * como divulgar / consolidar o território do mosaico em campo e no conhecimento da sociedade local e geral?



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Debates:

- O mosaico deve ser um ato de criação em cima de uma meta comum;
- O reconhecimento do mosaico é um processo;

GT Temáticos – Base Conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

Macro Tema 2: Gestão e Sustentabilidade dos Mosaicos

Questões a serem discutidas:

I – Objetivos e competências dos Conselhos Gestores

* quais são os objetivos do Conselho?

Ex.: Portaria MMA nº 349, dezembro 2006 - Mosaico Bocaina

“**Art. 4º** Ao Conselho Consultivo compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. o acesso às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica;

6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental.

b) a relação com a população residente na área do mosaico.

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades, e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgãos executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.”

* o conselho do mosaico, segundo o decreto do SNUC, tem caráter consultivo. Existem ações onde deva ter caráter deliberativo? (aprovação plano de ação? inclusão de novas áreas?)

* com a criação do Mosaico quais são as novas estratégias ou ferramentas de gestão?

* em que medida a figura do mosaico pode contribuir para a criação de novas UCs e outras Áreas Protegidas?

* em que medida a figura do mosaico pode contribuir para o ordenamento territorial e a resolução de conflitos na sua área de abrangência?

* como promover a capacitação continuada dos gestores dos mosaicos?

* como deve ser a articulação do conselho do mosaico com os conselhos de cada unidade?

II – Relação entre Mosaico e outras Unidades

* quando as ações devem ser conjuntas /compartilhadas pelos gestores das áreas protegidas que compõem o mosaico e quando devem permanecer a cargo de cada área?

* que critérios devem ser definidos para tomada de decisão? Quando se deve exigir consenso?



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

- * como o mosaico pode fortalecer a implantação de cada uma de suas unidades? E atingir melhor seus objetivos de conservação da biodiversidade, manutenção de serviços ambientais e desenvolvimento sustentável?
- * devem haver cartas de compromisso (pactuação de princípios comuns ou programas integrados, destinação de recursos?)

III – Plano de Ação e monitoramento

- * que componentes deve ter um plano de ação do mosaico? Programas comuns, ações compartilhadas?
- * mecanismos/ indicadores de monitoramento

IV– Sustentabilidade

- * como se pode assegurar a sustentabilidade e o fortalecimento dos mosaicos? Quem mantém a secretaria executiva, reuniões, comunicação e projetos integrados?
- * como disponibilizar/ gerenciar os recursos financeiros das dotações orçamentárias específicas de cada instância de governo e de outras fontes (fundos, doações,..)
- * como priorizar e reforçar a sustentabilidade nas estratégias de ação?
- * como o mosaico pode se beneficiar de editais, fundos, parcerias, se não tem personalidade jurídica?



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

Anexo II – ii - Subsídios do I Seminário de Áreas Protegidas, Mosaicos e Corredores Ecológicos da Mata Atlântica - RBMA / TFC-CI / RMA / MMA – São Paulo – SP

GT temático – base conceitual e Marco Regulatório para Mosaicos

Macro tema I: Territorialidade – Criação e Delimitação de Mosaicos

I - O que é o território do mosaico?

Ponto principal: Existem dois tipos de mosaicos: o de áreas protegidas e o de unidades de conservação.

A Lei do SNUC prevê o primeiro e o Decreto 4.340/2002 regulamenta o segundo.

A pré-existência de áreas protegidas

São 3 dimensões: funcionalidade ecossistêmica, recorte político e núcleo básico

Linhas: operacional (gestão) e funcional (conectividade e reconhecimento da identidade cultural).

Objetivo: buscar uma meta maior que a UC isoladamente não atinge. O objetivo do mosaico é maior que a somatória dos objetivos das ucs isoladas. Necessidade da pré-existência de uma motivação (conservação, ameaça, desmatamento, desenvolvimento turístico, identidade cultural).

O processo de reconhecimento do mosaico é dividido em três dimensões:

Proposta e estudos prévios: é o território de análise que deve considerar os aspectos operacionais e funcionais.

Reconhecimento: é o território físico/legal (lista de ucs e outras áreas protegidas, conforme o caso)

Planejamento e gestão: é o território de ação.

II – Composição e delimitação do território

Crerios mínimos: objetivo de conservação comum, implementação mínima da área (equipe e estrutura), núcleo básico (Ucs e Tis). Não precisa, mas é desejável, a formação dos conselhos das ucs.

Lembrar que, ao compor um mosaico, as ucs não perdem os compromissos individuais (plano de manejo, conselho...). O mosaico pode, inclusive, estimular e contribuir para implementação das ucs.

Contribuição do enfoque ecossistêmico: é base para a definição do mosaico. Oferece princípios que norteiam a conservação do funcionamento dos ecossistemas e reprodução social e cultural. O mosaico é uma oportunidade de solucionar conflitos sociais e ambientais e ordenar o desenvolvimento (reorganização do território).

Interstício: área de atuação é definida em cada caso. O interstício é incorporado e tratado no Plano de Ação do mosaico e não entra, hoje, na fase de reconhecimento do mosaico (território legal/físico). O plano de ação deve trabalhar com outras políticas de ordenamento e uso do território (pdot, zee, estatuto das cidades, contratos, código florestal...).

III – Instrumento e instância de criação

Diferentes níveis de governo: sugere-se que todas as esferas de governo possam reconhecer mosaicos.

Vai depender da liderança e da relevância. Ressalta-se que, quando houver mais de uma esfera, é obrigatória a manifestação de interesse de todas.

Instrumentos legais: o importante é a escolha de uma norma “forte”. Sugere-se que seja ato do Executivo. Apesar de o mosaico ter um caráter dinâmico, o decreto é o instrumento desejável nos



Projeto de Fortalecimento e Intercâmbio de Mosaicos de Áreas Protegidas na Mata Atlântica

níveis estaduais e municipais. No caso de reconhecimento federal, segue a obrigação da Portaria do MMA.

IV – Dinâmica do território

Inclusão de novas áreas: depende de aprovação do conselho. Carta de adesão com os interesses e compromissos é analisada.

Exclusão: A exclusão deve ser justificada e com aprovação do conselho.

Para compor o mosaico, o grupo recomenda a celebração de termo de cooperação técnica. Esse termo é para facilitar e organizar o trabalho entre as instituições/partes.

V – Consolidação do território

Recomenda-se: articular os objetivos do mosaico em fóruns deliberativos de desenvolvimento regional (ex: territórios da cidadania).

Macro tema II: Gestão e Sustentabilidade dos Mosaicos

I – Objetivos e competências dos Conselhos Gestores

É consultivo nas questões governamentais

É deliberativo nas questões internas e depende da ação do conselho.

Estratégias:

Plano estratégico: é a base do mosaico, focado nos objetivos comuns, com metas e prazos. O plano estratégico deve identificar outros atores (não ucs) que possam contribuir para viabilizar os objetivos.

As ações que fortalecem a sinergia devem, preferencialmente, ser incorporadas nos POAs das ucs.

No caso de uma normatização, esse assunto deve ficar aberto para pegar a abrangência local. O planejamento do mosaico é refletido nos planejamentos das unidades (planejamento em cascata).

Plano de ação: é para atingir as metas definidas no plano estratégico. Deve ser integrado, sem refletir demandas individuais das ucs.

II – Relação entre mosaicos e outras unidades

Ações compartilhadas com as UCs: o plano de ação integrado define o que será feito pelo mosaico, de forma compartilhada.

O mosaico é para implementar ações de desenvolvimento e conservação em um dado território.

Criar o plano de comunicação para o mosaico - Comunicação interna e externa;

III – Plano de ação e monitoramento

IV – Sustentabilidade

Dentro de cada plano (de ação e estratégico) deve constar o plano financeiro (estratégias de arrecadação e de gestão financeira).

**Anexo II – iii – Relatório do I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação da Biodiversidade - DAP/ SBF /
MMA / WWF - Brasília – DF**

**SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO TERRITORIAL PARA CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE**

**Departamento de Áreas Protegidas
Ministério do Meio Ambiente**

RELATÓRIO

**Andrea Caro Carrillo
Brasília 08 e 09 de julho de 2009**

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE QUADROS.....	ii
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. PROGRAMAÇÃO.....	02
4. RELATO DA OFICINA.....	03
PRIMEIRO DIA - 08 DE JULHO.....	03
Abertura.....	03
Apresentação - Fábio França - Apresentação Conceitual sobre os Instrumentos de Gestão Territorial.....	04
Apresentações.....	05
Abertura com moderador apresentando as tarefas propostas e a dinâmica dos trabalhos em grupos.....	05
Trabalho em Grupo - Tema I – Território - A.....	07
Trabalho em Grupo - Tema I – Território - B.....	10
Trabalho em Grupo - Tema II- Gestão.....	16
Trabalho em Grupo - Tema III - Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira.....	19
SEGUNDO DIA - 09 DE JULHO.....	24
Apresentação dos resultados obtidos pelos trabalhos em grupos e debate.....	24
ANEXOS.....	29
01 - Lista de participantes.....	29
ii	
LISTA DE FIGURAS	
Figura 01 - Abertura Oficial do Evento.....	03
Figura 02 - Apresentação Fábio França – Gerente DAP.....	04
Figuras 03 e 04 - Trabalho em Grupo.....	06

iii

1. INTRODUÇÃO

Nos dias 08 e 09 de julho foi realizado no Centro de Convenções Israel Pinheiro em Brasília, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do WWF-Brasil, o I Seminário sobre Gestão Territorial para Conservação Territorial.

Seu objetivo principal foi discutir os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei nº 9.985/2000 e subsidiar a construção de uma Estratégia Nacional de Gestão Territorial para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

A proposta da realização do Seminário é decorrente da publicação da Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) sendo que, foram reconhecidos e disponibilizados aos órgãos e entidades de meio ambiente como, Mosaico, Corredor Ecológico e Reserva da Biosfera. O Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 regulamentou mosaicos e reservas da biosfera, especificando com é realizada a gestão desses instrumentos, entretanto, observa-se uma sobreposição de ações, o que, muitas vezes, ocasiona conflitos com incongruências na administração do território. Nesse sentido o Ministério do Meio Ambiente reuniu chefes de unidades de conservação, presidentes de conselho e sociedade civil organizada para refletir sobre a criação, gestão e manutenção desses espaços e identificar os desafios na implementação da gestão territorial integrada para a conservação da biodiversidade.

O evento contou com a presença de 67 participantes, representantes dos órgãos gestores federais e estaduais e da sociedade civil organizada.

2. PROGRAMAÇÃO

I SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO TERRITORIAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Local:

Centro de Convenções Israel Pinheiro

Dia 08 de julho

09h00 – 09h30 Abertura com dirigentes do departamento de Áreas Protegidas - MMA, colaboradores e parceiros.

09h30 – 10h00 Apresentação conceitual sobre instrumentos de gestão territorial em áreas protegidas: corredores ecológicos, reservas da biosfera e mosaicos de unidades de conservação

10h00 – 10h30 Debate

10h30 – 10h45 Abertura com moderador apresentando as tarefas propostas e dinâmicas dos trabalhos em grupos

10h45 – 12h15 Trabalho em grupos

12h15 – 14h00 Almoço

14h00 – 18h00 Trabalho em grupos

Dia 09 de julho

09h00 – 12h00 Trabalho em grupos

12h00 – 13h30 Almoço

13h30 – 16h30 Apresentações dos resultados obtidos pelos trabalhos em grupos seguidas de debate

16h30 – 17h00 Encerramento

3. RELATO DA OFICINA

PRIMEIRO DIA – 08 DE JULHO

09h00 - 09h30 – Abertura Oficial do Evento

Foram convidados para compor a mesa de honra:

- A Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – Sra. Maria Cecília Wey de Brito.
- O Superintendente de Conservação e de Programas Regionais do WWFBrasil - Sr. Cláudio Maretti.
- O Diretor do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente - Sr. Fabrício Barreto.
- O Presidente da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera – Sr. Clayton Lino.

09h30 - 10h30 – Apresentação Conceitual sobre os Instrumentos de Gestão Territorial.

O Sr. Fábio França, gerente de Áreas Protegidas da Secretaria da Biodiversidade e Florestas – Ministério do Meio Ambiente deu as boas vindas a todos os participantes, ressaltou os objetivos do Seminário e apresentou os conceitos dos instrumentos de gestão territorial segundo o SNUC, sendo:

Mosaico – “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá se feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional” (art.26);

Corredor Ecológico – “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades de conservação” (art. 2º, XIX);

Reserva da Biosfera – “é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações” (art. 41).

10h30 – 11h15 – Apresentações

Por solicitação do Sr. Clayton Lino, presidente da Rede Brasileira de Reservas da Biosfera foi aberto um breve espaço na agenda do Evento para apresentação de algumas instituições e projetos que quiseram divulgar seus trabalhos. Sendo assim, foram realizadas as seguintes apresentações:

- Mosaico de Áreas Protegidas na Reserva Biosfera da Mata Atlântica – Clayton Lino;
- Ações da GTZ e demais parceiros no Corredor Ecológico Central da Amazônia - Márcia Lederman;
- Ações da Embaixada da França - Caroline Delelis;
- Mosaico da Mata Atlântica – Central Fluminense – Breno Herera;
- Projeto Corredores Ecológicos/MMA – Milton Ricardo de Moraes.

11h15 – 11h40 - Abertura com moderador apresentando as tarefas propostas e a dinâmica dos trabalhos em grupos.

Foi solicitado aos participantes que em grupos respondessem questões elaboradas pelo DAP sobre gestão territorial para conservação da biodiversidade. Os questionários trataram sobre três diferentes temas, sendo: Território, Gestão e Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira.

Os objetivos dessa atividade foram:

- Discutir os instrumentos de gestão territorial previstos na Lei nº. 9.985/2000 e subsidiar a construção de uma estratégia nacional de gestão territorial para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- Aproveitar a experiência prática e o conhecimento dos especialistas presentes;
- Coletar informações qualificadas sobre a gestão territorial para conservação da biodiversidade

Para possibilitar um maior aprofundamento das discussões foi instruído que cada grupo respondesse sobre um tema. Os grupos e seus respectivos temas de trabalho foram eleitos pelo DAP para facilitar a logística, sendo a escolha feita de forma aleatória.

Cada grupo contou um computador, com o arquivo das questões e um arquivo com o SNUC. Os grupos contaram ainda, com um representante do DAP para contribuir com as discussões e esclarecer eventuais dúvidas.

Para garantir o bom andamento dos trabalhos lhes foi solicitado para que elessem para cada grupo um relator e um moderador, sendo que a função do moderador foi a de se preocupar para que todos se expresassem e pelo controle do tempo. A função do relator foi a de redigir de forma clara e objetiva.

Também foi instruído que as apresentações fossem elaboradas para serem projetadas, apresentando os principais pontos discutidos. Abaixo seguem os formulários devidamente respondidos por tema trabalhado.

TEMA I – TERRITÓRIO - A

Nome Instituição

Rinaldo José de Souza Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

Maria Auxiliadora Silva Matoso Prefeitura de Itabira

Thiago Mota Cardoso IPE

Camila Michelin Flora Brasil

Carlos Bede Ibama

Breno Herrera ICMBio

Gerusa Rocha IEMA projeto corredores Ecológicos

Heloísa Dias Conselho da reserva da biosfera da Mata Atlântica

Alexandrina Sobreira Reserva da Biosfera da Caatinga
Olga Kummer Secretaria Estadual de Meio Ambiente MT
Fabiana Santos MMA
Roberta Holmes MMA
André Ribeiro MMA
Moderador: Thiago Mota Cardoso/ Camila Michelin
Relator: Rinaldo José de Souza

Observações:

1. O grupo entendeu pertinente considerar outros instrumentos de gestão territorial como sítios de patrimônio mundial natural e sítios RAMSAR, e promover discussões sobre seus objetivos e sua gestão;
 2. O grupo fez a discussão à luz do SNUC, mas entende que os conceitos sobre corredores ecológicos e mosaicos devem ser aprofundados/ampliados para contemplar as práticas atuais.
 3. Aprofundar o conceito de mosaico para que o mesmo englobe outras áreas protegidas, dos interstícios, além de unidades de conservação;
- (a) Dado um território, quais critérios devem ser utilizados para escolher um ou mais instrumentos de gestão territorial a fim de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade?

Critérios:

- Adesão dos órgãos ou organismos gestores;
- Centros de endemismo;
- Presença de Ucs, devidamente reconhecidas;
- Operacionalidade de gestão;
- Objetivos dos instrumentos;
- Considerar todos os outros instrumentos;
- Governança do território;
- Conectividade física e ou funcional existentes;
- Envolvimento dos sujeitos dos territórios;
- Opinião dos conselhos das UC;
- Considerar as ferramentas que definem áreas prioritárias para conservação;
- Diversidade ecossistêmica;
- Identidade territorial;
- Considerar outras áreas protegidas;
- Diversidade ecossistêmica;
- Uso e ocupação do solo;

(b) Quais critérios devem ser utilizados para definir limites e escala mais adequada de territórios/instrumentos de gestão territorial?

- Identidade Territorial;
- Áreas protegidas reconhecidas e delimitadas(M);
- Unidades geomorfológicas regionais (C, RB);
- Capacidade de gestão/envolvimento/participação dos atores envolvidos.
- Limites políticos e administrativos;
- Escala de bioma/ecossistemas;
- Grau de precisão de informações do geoprocessamento;
- Acessibilidade entre as áreas protegidas (mosaico);
- Existência de conectividade ou potencial de conectividade entre as UC.
- Representatividade do planejamento participativo do território;
- Potencial de fluxo gênico;

(c) Entre quais instrumentos a sobreposição é possível? Em quais condições e obedecendo a quais critérios?

É possível a sobreposição dos instrumentos; Mosaico, corredores e reservas da biosfera, por serem instrumentos complementares, desde que haja previamente a articulação com vistas à gestão compartilhada e a interlocução entre as instâncias de gestão dos diferentes instrumentos, fortalecendo o SISNAMA.

É possível a sobreposição de dois instrumentos iguais. Nos casos de sobreposição de mosaicos, fica a critério do gestor ou responsável da Unidade de Conservação ou das áreas protegidas abrangidas participar em apenas um ou mais de um deles.

- (d) Como reservas da biosfera, mosaicos e corredores devem interagir com territórios e instrumentos definidos para outras temáticas (bacia hidrográfica, território da cidadania, ZEE, regionalização do turismo)?

É desejável e imprescindível a consideração dos instrumentos de ordenamento territorial existentes, ou seja, os Instrumentos de governança.

É necessário e imprescindível que haja a interlocução e articulação interinstitucional via proposição de criação de instâncias específicas ou participação em instâncias já existentes (câmaras técnicas, conselhos, planejamentos estratégicos e comitês).

Resguardados os princípios, objetivos e atribuições do mosaico.

TEMA I – TERRITÓRIO - B

Nome Instituição

CLAYTON FERREIRA LINO Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RODRIGO VICTOR Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo / Instituto Florestal de São Paulo

MARIA FERNANDA NUNES URFJ

GERARDO BRESSAN Fundação Onda Azul

JAYME HENRIQUE CERBMA-ES

ROGERIO VEREZA MMA

IVANA LAMAS CI

GIOVANNA PALAZZI -

MILITÃO RICARDO MMA – Corredores Ecológicos

SAMUEL TARARAN WWF

ANDRE AFONSO RIBEIRO MMA

ALLAN CREMA ICMBIO

Moderador: Clayton Ferreira Lino

Relatores: Allan Crema, Maria Fernanda Nunes, Rodrigo Victor

- (a) Dado um território, quais critérios devem ser utilizados para escolher um ou mais instrumentos de gestão territorial a fim de aumentar a eficiência, eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável?

OBSERVAÇÃO DO GRUPO: ADICIONALMENTE À CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, ESTES TERRITÓRIOS DEVEM SERVIR TAMBÉM PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os três conceitos/mecanismos são complementares e podem estar superpostos em um mesmo território. Dependendo das características da área e dos objetivos /foco/prioridade de ação para a Conservação e desenvolvimento sustentável. Do território. A escolha dos critérios deve seguir os critérios abaixo:

- Se a área tiver poucas APs isoladas (em meio a áreas degradadas, de uso intensivo ou remanescente conservados, mas não protegidos) a principal estratégia for agir sobre os interstícios (promovendo a conectividade, a criação de UCs, a restauração ou o uso sustentável) a figura central é o Corredor Ecológico.
- Se a área contiver um conjunto de AP vizinhas, superpostas ou justapostas, (ou na possibilidade concreta de criá-las de imediato) e o foco de ação for a gestão integrada das APs e suas Zonas de Amortecimento, contribuindo para o ordenamento territorial, a resolução de conflitos e a valorização da identidade regional, a Figura central deve ser o Mosaico de Áreas Protegidas.

- Se o território contiver grande diversidade de ecossistemas, diversidade de paisagens e usos do solo, um conjunto significativo de APs, complexidade de gestão e importância nacional e o foco for a promoção simultânea da conservação, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento, pressupondo um sistema de gestão integrada e participativa, a figura ideal é a Reserva da Biosfera. Nas RBs brasileiras existe uma política de reconhecimento de grandes áreas significativas na escala do bioma. Os mosaicos de APs e os Corredores ecológicos são instrumentos fundamentais para sua implementação e nelas (RBs) podem estar incluídos.

Qualquer dos instrumentos elencados tem como premissa o envolvimento prévio e permanente tanto dos órgãos de gestão ambientais, quanto das comunidades locais, entre outros, e a escolha das figuras territoriais em questão deve considerar também entre os critérios a oportunidade de real envolvimento desses atores, em cada uma delas no caso concreto.

Síntese dos critérios:

CORREDORES:

- Característica da área
- Existência de Ucs distantes ou próximas
- Promover a conectividade entre áreas protegidas
- Existência de ecossistemas íntegros ou não, interligando Ucs;
- Trabalhar em nível federal, estadual ou municipal;

MOSAICO

1. Características da área
2. Áreas protegidas vizinhas ou justapostas;
3. Trabalhar em nível federal, estadual ou municipal;

RESERVA DA BIOSFERA

1. Referência é o bioma / grandes paisagens e/ou sistemas que guardam certa identidade
2. No Brasil - pelo menos uma por bioma;
3. Trabalha somente em nível federal
4. Política para o reconhecimento de grandes áreas;
5. Sua área deve ser significativa em relação à área do bioma;
6. Condições para promover o desenvolvimento sustentável;
7. Podem englobar corredores e mosaicos;

OBSERVAÇÕES – idéias discutidas:

1. Reservas da biosfera devem conter sem corredores e mosaicos; corredores e mosaicos reforçam e dão força legal para gestão da Reserva da Biosfera;
2. Corredores Biorregionais se aproximam das RB;

Critérios para a seleção das figuras:

1. O instrumento deve contemplar a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Os instrumentos devem ser entendidos como complementares entre si.
Para o Brasil as RBs devem ser suficientemente amplas, envolvendo áreas protegidas e seus interstícios, havendo um entendimento de que os instrumentos de mosaico e de corredores estão inclusos.
2. Deve haver uma diferenciação entre os corredores estabelecidos no SNUC e aquele voltado para a gestão da paisagem (macro áreas).
3. Presença de UCs é importante para o uso dos instrumentos.

Definição de território:

Identidade territorial – socioeconômico

Identidade étnica

A definição é dinâmica e temporária

Seleção do território:

Relevância biológica

Ordenamento de uso da terra

Reserva da Biosfera: tem zoneamento, exige gestão colegiada e participativa; promoção se aplica a qualquer área que tenha condições para a preservação da biodiversidade;

Critério para criação de corredores:

Estudos de áreas prioritárias para conservação

- (b) Quais critérios devem ser utilizados para definir limites e escala mais adequada de territórios/instrumentos de gestão territorial?

MOSAICO

ESCALA - identidade regional; condições operacionais e logísticas;

LIMITES - áreas protegidas, zonas de amortecimento e corredores ecológicos legalmente instituídos, respeitando-se o pedido de adesão das UCs.

CORREDORES ECOLÓGICOS

ESCALA - objetivos: conectividade (SNUC) ou integração entre setores da paisagem (Macro) e, para ambos os casos, capacidade instalada para atingi-los;

LIMITES

CORREDORES SNUC - reconhecidos facilmente no campo; presença de vegetação, alterações antrópicas, limites estabelecidos nos planos diretores locais, outras necessidades estabelecidas por estudos científicos, ocorrência de endemismos, características naturais, hidrografia, relevo e remanescentes naturais para promover a conexão das UCs;

MACROCORREDORES – os critérios acima acrescidos de limites político-administrativos.

RESERVA DA BIOSFERA

ESCALA-escala máxima é o bioma; pode conter porções dentro do bioma; o critério essencial é que tenha plena condição para cumprir suas obrigações de conservação, desenvolvimento sustentável e geração de conhecimento. Deve ser uma área relativamente grande ou buscar envolver as principais AP, os remanescentes ecossistêmicos, a diversidade de usos do solo dentro do quadro de sustentabilidade. Capacidade instalada para gerir o território proposto.

LIMITES – político-administrativos, zonas de amortecimento e entorno de áreas protegidas, bacias hidrográficas, diversos elementos da paisagem (relevo, tipos de uso e ocupação da terra como áreas urbanas).

Observação geral:

Em eventuais áreas intersticiais existentes entre unidades que compõem o mosaico é recomendável, sempre que possível que sejam transformadas em áreas protegidas de qualquer tipo, para que possam fazer parte do Mosaico. A área do Mosaico pode ter uma área descontinua. (Pode ser criado também corredor)

- (c) Entre quais instrumentos a sobreposição é possível? Em quais condições e obedecendo a quais critérios?

Todos os instrumentos podem estar sobrepostos e são complementares entre si;

Uma Reserva da Biosfera ou um Corredor (MACRO) deve inclusive abranger os demais instrumentos a fim de possibilitar uma melhor gestão do território;

Análise caso a caso:

Reservas da Biosfera:

- Podem e devem englobar mosaicos, corredores SNUC e, até, corredores “macro” (políticas públicas).
- Os mosaicos e corredores “SNUC” aumentam e reforçam, inclusive do ponto de vista legal, a gestão das RBs.
- Os conceitos de corredores, mosaicos e zonas de amortecimento de UCs sempre estiveram presentes nas RBs.
- RBs podem englobar, inclusive, outras RBs. Por exemplo, a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo está integralmente inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA. A própria RBMA possui sobreposições com a RB da Caatinga em regiões de ecótonos.

Corredores ecológicos:

- No caso dos corredores pode haver sobreposição do Corredor de Política Pública (macro, paisagem), com o corredor de conectividade (SNUC).
- O Corredor de Política Pública pode conter todos os instrumentos, incluindo, até, RBs, dependendo da dimensão dessas.
- O corredor SNUC, por sua natureza, não contém os outros instrumentos, mas está geralmente incluído em mosaicos, RBs e corredores macros.

Mosaicos de UCs:

- O Mosaico pode conter um corredor de conectividade e pode sobrepor-se a outro mosaico.

Observação geral do grupo: O termo de Corredor de forma geral tem gerado confusão na aplicação do instrumento e seria importante renomeá-los. Sugere-se para os corredores maiores Corredor de Política Pública e os menores Corredor de Conectividade.

(d) Como reservas da biosfera, mosaicos e corredores devem interagir com territórios e instrumentos definidos para outras temáticas (bacia hidrográfica, território da cidadania, ZEE, regionalização do turismo)?

Antes de responder à questão, é importante ter clareza de conceitos:

DEFINIÇÕES:

- **Território da cidadania e regionalização do turismo** – área de promoção de políticas públicas.
- **ZEE e PDOT** – instrumento de planejamento e ordenamento territorial,
- **Bacia hidrográfica** – território geográfico formal e definido, assim como municípios e estados. Isso posto, de forma mais geral, RBs, mosaicos e corredores podem (e devem) interagir da seguinte forma com outras temáticas:
 - Com as **Unidades Territoriais** formalmente constituídas (bacias, municípios, zoneamento e planos diretores, etc.), os instrumentos devem ter (várias RBs, inclusive, já os tem), geralmente, dois tipos de interação:
 - Integração territorial: considerar os limites destas unidades nos estabelecimento dos seus próprios limites;
 - Integração Institucional: Os sistemas de gestão de áreas protegidas, bacias hidrográficas, municípios, Estados, etc., devem se articular com os dos instrumentos para conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.
 - Em termos gerais, os citados instrumentos são áreas especiais para a aplicação de políticas públicas como os territórios da cidadania e a regionalização do turismo, embora isso não esteja ocorrendo, praticamente, com nenhuma das 3 categorias.
 - Do ponto de vista da integração dos instrumentos para conservação da biodiversidade / desenvolvimento sustentável com outros instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, deveria sempre haver convergência nos zoneamentos, planejamentos e ordenamento territorial. Por exemplo, as RBs via de regra se valem desses zoneamentos locais / regionais (ZEEs, planos diretores municipais, etc) para o próprio estabelecimento das suas próprias zonas (zonas núcleo, de amortecimento e conectividade e de transição / cooperação). Deve sempre haver esse tipo de diálogo.

Observação geral do grupo: a integração de que trata essa questão deve ser objeto de formalização, se possível por meio de criação de legislação específica, especialmente no que concerne a adoção de mosaicos, RBs e corredores como espaços para aplicação de políticas públicas. O que se observa hoje é uma rotina de duplicação de esforços, sem a necessária interação.

Tema II: Gestão

Nome Instituição

Guilherme Destro IBAMA - CGZAM
Ester Blumemenfeld MMA- Dept. Áreas Protegidas (DAP)
Nadinni MMA- Dept. Áreas Protegidas (DAP)
Maria Carolina Hazin MMA-SBF
Andréia Andrigueto FUNAI-CGPIMA
Rosan Fernandes Associação Mico Leão Dourado
Célia Serrano Fundação Florestal-SP
Lúcia Helena Ferreira Moura IBRAM, Instituto Brasília Ambiental, DF-DICON
Andrei Mora IBRAM, Instituto Brasília Ambiental, DF-DIEMP
Reginaldo Muniz Soares Fundação Rio Parnaíba
Dary Rigueira Fundação Onda Azul
Gabriela Priante Teles Ávila SEMA-MT, Coordenação de Ecossistemas
José Junior SEMA-BA
Nadja Havt Bindá IEPÉ
Marcelo Senhorinho PCE, Projeto Corredores Ecológicos-BA
Victor Paulo Oliveira PCE, Projeto Corredores Ecológicos-MMA
Maria Jasylene Abreu WWF-BR
Marcelo Cortez CEUC- SDS
Francisco Girão CERBAC-Amazonastur
Viviane Lasmar Pacheco ICMBIO, Instituto Chico Mendes
Carlos Lamartini ICMBIO, Instituto Chico Mendes
Ronaldo Freitas Oliveira ICMBIO- Extremo Sul /BA
Moderador: Maria Jasylene Abreu
Relator: Andréia Andrigueto

(a) Quais as ações necessárias para que esses instrumentos de gestão atuem de forma integrada no território?

- Definir papéis e caracterização dos instrumentos para adequação legal;
- Pensar, implementar e construir os instrumentos de forma conjunta, considerando aqueles existentes no território;
- Promover a gestão participativa, articulada em torno de pauta comum dos diversos conselhos;
- Estabelecer planejamento estratégico articulado.

(b) Quais instrumentos de governança, concertação, comando e controle devem estar envolvidos na gestão de mosaicos, corredores e reservas da biosfera?

1. Instrumentos de governança:

- Envolvimento dos conselhos;
- Zoneamento;
- Planos de gestão e dos programas de forma integrada (planejamento, execução, monitoria e avaliação);
- Criação de base de dados comuns e públicos (SIG, cadastro, projetos ambientais, pesquisa,...);
- Regularização fundiária;
- Programa comum (de educação ambiental, sustentabilidade ambiental,...);
- Sistemas de comunicação (rádio-comunicação,...).

2. Instrumentos de concertação:

- Políticas e suas diretrizes;
- Acordos existentes entre as áreas protegidas (terras indígenas, quilombolas, APPs, RIs,...);
- Pactuação de princípios comuns (cartas de compromisso,...);
- Conselhos;
- Desenvolvimento de capacidades.

3. Instrumentos de comando e controle

- Plano integrado de proteção (fiscalização, vigilância, prevenção e combate aos incêndios florestais, monitoramento socioambiental);
- Programa de avaliação e monitoramento (dos resultados, impactos dos planos e programas no território);
- Banco de dados comum e público acerca de processos de licenciamento, ordenamento territorial, demandas para a criação de novas áreas protegidas, propiciando publicidade e controle social;
- Política de publicidade de informações territoriais (divulgação dos instrumentos corredor, mosaico e reserva da biosfera- e dos fundamentos e bases legais e administrativas);
- Programa de ordenamento territorial (regularização fundiária e adequação ambiental).

(c) De que forma os conselhos e comitês e outros coletivos de atores de vários instrumentos podem interagir para integrar a tomada de decisão e reduzir os custos de participação?

- Definir pautas comuns para os conselhos;
- Estabelecer critérios de inclusão para ampliar e assegurar a participação dos atores locais envolvidos;
- Facilitar o trabalho dos gestores, evitando a sobrecarga com a implantação da gestão integrada (por exemplo, com a criação de uma secretaria técnica executiva);
- Apoiar comunidades e organizações locais para a capacitação e formação de lideranças;
- Criar formas de sustentabilidade econômica (fundos,...);
- Propor alterações legais para que a compensação ambiental possa ser revertida para os territórios;
- Respeitar o processo de legitimação dos representantes locais;
- Seguir o princípio da solidariedade (“caronas de trabalho”, rateio dos custos de acordo com as necessidades e possibilidades);
- Garantir apoio interinstitucional para a distribuição e rateio dos recursos;
- Criar instrumentos para possibilitar maior transparência no repasse e na captação de recursos para os territórios;
- Estabelecer parcerias para a mobilização de recursos · Criar instrumentos para possibilitar maior transparência no repasse e a captação de recursos para os territórios;
- Estabelecer dentro de cada território as prioridades de pesquisa (planejamento estratégico ou plano de gestão).

Sugestões para outros grupos:

- Quanto às reservas da biosfera (art. 41, lei nº, SNUC) - alteração,
- Criar uma dotação financeira para cada instrumento (tema 3).

Tema III – Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira

Nome Instituição

Miguel Angelo Andrade RBSE - PUC

Marcia Lederman GTZ

Francisco Humberto Bezerra ICMBIO

Paulo Roberto Russo ICMBIO

Paulo Vila Nova IESB/CERBMA

Claudia Costa Valor Natural

Rogério Cunha SEMA/BA

Claudio Maretti WWF

Renata Pires MMA

Maria Clarice CONJUR/MMA

João Artur NBC/OCMBIO/SBF/MMA

Sílvia ICMBIO

Caroline Delelis Embaixada da França

Tatiana MMA

Maria Clarice AGU/conjur/mma

Fernando Lima MMA

Analuze TNC

Moderador: Fernando

Relator: Marcia

(a) Existem lacunas na normatização dos instrumentos que devam ser regulamentadas pelo Poder Executivo para a institucionalização dos instrumentos?

Corredor ecológico “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (art.2º, XIX)

O conceito não representa a prática existente no Brasil.

Faltam instrumentos regulatórios e articulação entre esses instrumentos.

Há estruturas que concorrem entre si e há perdas de estratégia (investimentos) → Não existe no SNUC a regulamentação para os corredores (conselhos,...). O próprio conceito está defasado dado à biologia da conservação. Falta uma regulamentação guarda-chuva e defini-los como espaços de gestão territorial com bases conservacionistas.

A normatização é importante para se ter força política.

(b) Quais as atribuições do MMA, órgãos gestores e sociedade civil organizada na criação, gestão e manutenção de territórios/instrumentos?

Resposta abaixo

(c) Quais mecanismos podem ser utilizados para garantir a sustentabilidade financeira de territórios/instrumentos?

Resposta abaixo

Dinâmica de discussão

Foram discutidos os conceitos dos instrumentos de território, buscando o nivelamento e o consenso.

Simultaneamente, foram discutidos os instrumentos e as perguntas ordenadas, a saber:

CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA TODOS OS INSTRUMENTOS:

1. Faltam instrumentos regulatórios e articulação entre esses instrumentos.
2. Há estruturas que concorrem entre si e há perdas de estratégia (investimentos)
3. Necessidade de se criar um conceito guarda-chuva de gestão de território de bases conservacionistas que abranja os instrumentos e seus conceitos.
4. Necessidade de se definir espaços/ambientes de articulação para potencializar as ações no território.
5. A escala (alcance) que serve para definir cada instrumento ajuda na definição dos atores necessários para a articulação dos processos de criação e gestão dos instrumentos.

Corredor ecológico “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (art.2º, XIX).

O conceito não representa a prática existente no Brasil. A normatização tem que levar em conta a aplicabilidade do conceito para na gestão ambiental dos territórios.

Necessidade de ampliação do conceito em função das experiências em curso, respeitando-se as peculiaridades de para cada região.

Não existe no SNUC a regulamentação para os corredores (conselhos,...). O próprio conceito está defasado em função das experiências em curso. Falta uma regulamentação guarda-chuva e defini-los como espaços de gestão territorial com bases conservacionistas.

A normatização é importante para se ter força política.

Mosaico de áreas protegidas “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.”

(art.26).

- O conceito de mosaico (art. 26 da Lei do SNUC) está bom, mas a sua regulamentação não (art. 8º do Decreto).
- A pergunta é: “o que é o território do mosaico”? O território é composto pelas áreas que compõem o mosaico e/ou o conjunto de áreas protegidas?
- O que estimula/regulamenta a criação dos mosaicos e sua área de influência? O que ele(s) busca(m) para se integrar.
- Os objetivos para cada mosaico devem respeitar as realidades de cada região, fortalecendo as identidades que se colocaram para criação dos mosaicos.
- Gestão das unidades, de forma compartilhada daquilo que já existe. Deve-se estabelecer critérios que indiquem suas identidades comuns para criar os mosaicos.
- Deve-se fortalecer o instrumento de mosaico, sobrepondo, inclusive, os espaços de território a partir da identidade do território ampliada, como por exemplo, Reservas da Biosfera, que abrangem estes mosaicos.
- Considerando o mosaico como conjunto de áreas protegidas (ampliação do conceito previsto no Decreto, art. 8º), não há regulamentação da gestão integrada das unidades do mosaico, em seu contexto regional. Problema: deverá haver ampliação do decreto.
- O limite é a capacidade de intervenção. A lacuna é: critérios mínimos para a criação e gestão.
- Criar um instrumento de apoio à criação e gestão, tal qual um roteiro metodológico.
- Mosaico deve refletir a escala da unidade da paisagem geográfica, com enfoque ecossistêmico, definidos nas unidades de conservação e de sua região. Enfoque ecossistêmico deverá refletir a identidade da região.
- A área de delimitação do mosaico é diferente da área de atuação que ele pode ter daí a necessidade de o decreto prever isso também.
- Objetivo do mosaico deve ser maior do que a somatória dos objetivos de cada área abrangidos objetivo isolado de cada unidade de conservação que o compõe é diferente e o decreto deve prever objetivos comuns de cada unidade de conservação. Ex.: UC que tem cachoeira – a do lado não tem, mas deve integrar o mosaico com vistas a fomentar a importância daquela cachoeira.
- Necessidade de regulamentação do decreto para valorização dos aspectos socioambientais.
- Mosaico de áreas protegidas reconhecidas.

Corredor ecológico “porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (art.2º, XIX).

O conceito não representa a prática existente no Brasil.

Faltam instrumentos regulatórios e articulação entre esses instrumentos. Há estruturas que concorrem entre si e há perdas de estratégia (investimentos) → Não existe no SNUC a regulamentação para os corredores (conselhos,...). O próprio conceito está defasado dado à biologia da conservação. Falta uma regulamentação guarda-chuva e defini-los como espaços de gestão territorial com bases conservacionistas.

A normatização é importante para se ter força política.

Reserva da Biosfera “é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.” (art.41).

Fora do Brasil é tratada com outra escala, mas a forma como está no SNUC satisfaz a gestão territorial. Apesar de estar bem normatizada no SNUC, deve estabelecer em seu instrumento de regulamentação a partir das vastas experiências existentes no Brasil.

SEGUNDO DIA – 09 DE JULHO

13h30 – 16h30 - Apresentação dos resultados obtidos pelos trabalhos em grupos e debate após a conclusão dos trabalhos em grupos houve a apresentação dos grupos em plenária seguida de debate. O Objetivo das

apresentações foi a promoção de debate para a troca de experiências e, principalmente, sobre o entendimento de conceitos e da necessidade de revisão da normatização de instrumentos de gestão. Não houve eleição ou priorização de conceitos ou métodos. Abaixo segue a relatoria das apresentações

Apresentação - Tema I – Território – 1A

- O grupo entende que outros instrumentos de gestão territorial devem ser considerados na temática. Não vincular a gestão territorial para conservação apenas ao SNUC. Deve-se inclusive avaliar a legitimidade de inclusão de outras áreas protegidas na discussão.
- Muitas vezes unidades próximas não têm operacionalidade de gestão, a proximidade não é critério determinante para a criação de um mosaico. O foco é a gestão.
- O grupo entendeu que não é viável a separação dos critérios por instrumentos de gestão. A decisão deve considerar todos os critérios. Talvez em outro momento ou fórum de discussão seja interessante tentar separar esses critérios. Para isso, devem-se considerar documentos já consolidados e discussões anteriores sobre a definição dos instrumentos. Por exemplo, o manual de reservas da biosfera.
- A sobreposição é possível. Foi citada a experiência que acontece na Amazônia (sobreposição dos 3 instrumentos). É importante ressaltar as peculiaridades de outras áreas protegidas (terras indígenas, áreas particulares), principalmente para adesão dessas áreas.
- A articulação entre as instituições que afetam os instrumentos deve ser fortalecida, otimizar as decisões com os conselhos existentes. O conselho, por ser consultivo, pode analisar processos de licenciamento, e levar as discussões para as instâncias de decisão.

Apresentação -Tema I-Território-1B

- O grupo entendeu que o objetivo dos instrumentos não está restrito à conservação da biodiversidade. Deve-se pensar na promoção do desenvolvimento regional.
- A partir da observação física do território, os critérios foram separados por instrumentos.
- A resposta considerou o conceito do SNUC de corredores ecológicos.
- Para Reservas da Biosfera não se pode desconsiderar a importância internacional. Este é o instrumento mais complexo em termos de organização de gestão e processo de reconhecimento.
- O recorte do Mosaico é definido pela identidade territorial associado às condições regionais do território.
- Critérios para corredores estão divididos nos conceitos SNUC e PPG7. De qualquer forma, é fundamental a capacidade de gestão do território.
- No caso de Reserva da Biosfera, o mais importante é observar se os objetivos são cumpridos.
- Há recomendação de sobreposição entre Reserva da Biosfera e outros instrumentos.
- Diferenciar as unidades territoriais formalmente constituídas e as unidades territoriais de aplicação de políticas públicas.
- Há uma notória falta de integração entre os instrumentos e a aplicação de políticas públicas. Há vários casos de duplicação de ações governamentais. Recomenda-se que a articulação seja regulamentada.

Debate-Grupos A e B

- Áreas de interstício de mosaicos: Primeiramente essas áreas não fariam parte do mosaico para fins de reconhecimento. Essas áreas são fundamentais para o desenvolvimento regional. Há necessidade de aprofundar essa discussão. Recomenda-se que esse ponto não seja regulamentado antes de se construir um consenso.

Apresentação-Tema II-Gestão

O grupo buscou ressaltar que áreas protegidas também são formadas por terras indígenas, territórios quilombolas, APP, RL e que estas devem estar inseridas nas políticas de gestão territorial. Os custos envolvidos não se atêm somente a custos financeiros, mas também aos custos existentes para os atores envolvidos, uma vez que em grande parte as lideranças envolvidas são as mesmas.

Debate

- Conselho único em casos em que há sobreposição entre o Projeto Corredores e Reserva da Biosfera.

- Compensação ambiental: incluir destinação desse recurso para territórios também foi vista como uma situação muito delicada, já que a compensação ambiental está pouco fortalecida após mudança realizada no decreto 4340/2002. Compensação ambiental como sendo um recurso para planejamento do mosaico.
- Gestão integrada é que estabelece os limites do território, pois a gestão integrada é feita por meio da prática adotada e da identidade do território, com base na legislação.
- Trazer a população para o “mosaico”, para a gestão, ao invés de ater somente a articulação interinstitucional.
- Gestão compartilhada: agenda comum construída com base em consensos, respeitando a autonomia de cada UC.
- Instrumento de concertação: além da carta de adesão, sugere-se firmar acordos de cooperação técnica bilateral entre todos os órgãos gestores envolvidos, para garantir em termos práticos que a gestão integrada seja feita por todos os entes e que os resultados sejam vistos como sendo do conjunto.
- Cooperação Bilateral: Burocratização do processo?
- Cartas de adesão poderiam ir além da formalização da adesão, devendo conter também acordos e compromissos, e também podem ser ampliados para outros membros da sociedade civil, além de gestores.

Apresentação - Tema III- Institucionalização, Base Regulatória e Sustentabilidade Financeira

- O Grupo colocou que o corredor de conectividade ecológica, tal como definido no SNUC, como sendo “antiquado” e ultrapassado. Deveria ser a idéia do Projeto Corredores Ecológicos. Entretanto, foi ressaltado que um não deveria excluir o outro, pois estes são complementares e trabalham em diferentes escalas e com aplicação diferenciada.
- Política do Departamento de Áreas Protegidas é trabalhar de forma integrada os instrumentos de gestão territorial e não priorizar um ou outro.
- Reconhecimento legal dos Corredores Ecológicos da forma como são abordados no “Projeto Corredores Ecológicos”.
- Trabalhar conceitos específicos para escalas específicas de corredores.
- Solicitação de rubrica orçamentária específica para gestão territorial ambiental.
- Proposição de criação de fórum permanente de discussão para trocas de experiências, metodologias, dados.

16h30 – 17h00 – Encerramento

Este horário foi reservado para o encerramento do Seminário e para seus encaminhamentos. O gerente do Departamento de Áreas Protegidas, Fábio França ressaltou que o presente seminário é apenas o primeiro passo para a construção de uma estratégia nacional de gestão territorial para a conservação da biodiversidade e apresentou a agenda de eventos para esse ano nos quais o DAP deverá organizar e participar.

ANEXO

Lista de Participantes

NOME INSTITUIÇÃO E-MAIL TELEFONES

André Afonso Ribeiro MMA/SBF/DAP andré.ribeiro@mma.gov.br 32725444
 Andréia Andrigueto FUNAI aandrigueto@yahoo.com.br (61)92788708
 Alexandrina Sobreira CNRBC – FUNDAJ alexandrina.sobreira@gmail.com (81)30736494
 Analuce Freitas TNC afreitas@tnc.org.br (61)34219113
 Allan Crema ICMBIO allan.crema@icmbio.gov.br 33419029
 Antonio Edson Guimarães Farias MME Antonio.farias@mme.gov.br (61)33195864
 Breno Herrera da Silva Coelho ICMBIO Breno.herera@gmail.com (21)26330079
 Camila da Cunha Michelin Flora Brasil camilapaxis@yahoo.com.br (73)32941741
 Carlos Lamartine Torres ICMBIO-REBIO UNIÃO/RJ carlos.mello@icmbio.gov.br (22)27771113/15
 Carlos E S. Bedê IBAMA/DIPRO bedecarlos@gmail.com (61)81536200
 Caroline Delelis UNB - 81573880
 Célia Serrano Fundação florestal/SP cserrano@ffloresta.sp.gov.br (12)36633762
 Claudia Costa Valor Natural claudiacosta@valornatural.org.br CI
 Cláudio Maretti WWF-Brasil claudio@wwf.org.br
 Clayton Ferreira Lino CN-RBMA cflino@uol.com.br (11)22325728

Darcy Rigueira Fundação Onda Azul daryrigueira@yahoo.com.br (71)88815998
Elisa Souza FNMA -
Egaz R. de Arruda ARPA/MMA egaz.arruda@mma.gov.br 31052063
Evandro Pereira da Silva Parna Pau -peruaçu- ICMBIO evandroperuaçu@hotmail.com (38) 36231042
Fernando Lima MMA/DAP fernando.rodriago@mma.gov.br 31052063
Francisco J.B.Oliveira WWF francisco@wwf.org.br (61)33647400
Francisco Evandro Girão AMAZONASTUR giraoamazonastur@yahoo.com.br (91)81389175
Francisco Humberto Bezerra ICMBIO francisco.bezerra@icmbio (88)36341388
Gabriela R. Priante Teles Ávila SEMA-MT gabrielapriante@sema.mt.gov.br (65)36137327
Gerardo Angel Smith Fundação Onda Azul gerardo@ondazul.org.br (71)33127212
Gerusa Bueno Rocha IEMA/PCE gerusa.bueno@gmail.com (27)31363476
Guilherme F. Gomes Destro IBAMA gui_destro@yahoo.com.br (61)81958963
Egaz R. de Arruda ARPA/MMA egaz.arruda@mma.gov.br 31052063
Heloisa Dias CN –RBMA helocnrbma@uol.com.br (11)22325728
Ivana Lamas CI i.lamas@conservacao.org.br (31)32613889
Jayme Henrique Pacheco CERBMA – ES aventur@uol.com.br (27)99690395
João Artur S. Seyffarth NBC/OCBIO/SBF/MMA João.seyffarth@mma.gov.br (61)31052070
José Francisco de Azevedo Junior SEMA/BA apacaraiatrancoso@gmail.com (73)32616903
José Williams Henrique de Souza SEMACE/COFLO henriquewilliams@???.br (85) 31105516
Lúcia Helena Moura IBRAM/DF Dicon.ibram@gmail.com 99612582
Marcelo de Almeida Senhorinho PCE/BA senhorinho@hotmail.com (71)81824059
Maria Fernanda Quintela Nunes URFJ mtquintela@gmail.com (21)25626309
Maria Jasylene P. Abreu WWF-BRASIL jasy@wwf.org.br (92)36443844
Marcelo Gonçalves Cortez CEUC/SDS marcelocortez@terra.com.br (92)32360349
Márcia Lederman GTZ Márcia.lederman@gtzde (92)81664232
Maria Auxiliadora Matoso Prefeitura M. de Itabuna ambienteitabuna@yahoo.com.br (31)33647486
Maria Clarice Maia Mendonça CONJUR/MMA maria.mendonca@mma.gov.br 33171358
Miguel Angelo Andrade RBSE – PUC – MG miguelandrade@pucminas.br (31)87718878
Militão Ricardo MMA -SBF militaoricardo@mma.or.br 31052144
Nadja Havt Iepé nadjaha@gmail.com (85) 86437584
Nadinini Oliveira de M. Souza DAP/SBF/MMA Nadinini.souza@mma.gov.br
Olga Patrícia Kummer SEMA/MT olgakrummer@sema.mt.gov.br (65) 36137351
Paulo Roberto Russo ICMBIO paulo.russo@icmbio.gov.br (96)91125858
Paulo Sérgio Vila Nova Souza IESB/CERBMA psouza@iesb.org.br (73)36342179
Renato Cunha GAMBIA renato@gambia.org.br (71)52486822
Reginaldo Muniz Soares FURPA saint1945@bol.com.br (86)94156170
Rinaldo José de Souza IEF MG reizimiz@yahoo.com.br (38)99582611
Rodrigo Antonio B. Moraes Victor Instituto Florestal rabmvictor@yahoo.com.br (11) 223318113
Rogério Vereza MMA verezarogério@hotmail.com 81174442
Rogério Santos Cunha SEMA/DAP rogitubera@gmail.com (73)99820212
Roberto Xavier de Lima MMA – Projeto Corredores Ecológicos Roberto.lima@mma.gov.br (61)31052181
Ronaldo Freitas Oliveira ICMBIO Ronaldo.oliveira@icmbio.gov.br (73)88185490
Roran Valter Fernandes Associação Mico-leão-dourado roran@micoleao.org.br (22)27782025
Rosane Amaral Silva FUNAI Rosane.silva@funai.gov.br (62)91126695
Samuel Tararan WWF samueltararan@wwf.or.br
Sylvia de Souza Chada ICMBIO Sylvia.chade@icmbio.gov.br (24)33629885
Tatiana R. MMA/SBF/GAB Tatiana.rehder@mma.gov.br
Ticiania Ambroisi WWF -BRASIL ticiania@wwf.org.br (61)33647486
Thiago Mota Cardoso IPÊ thiago@ipe.org.br (92)11648595
Victor Oliveira PCE/MMA Victor.oliveira@mma.gov.br 31052180
Viviane Lasmar ICMBIO/DIUSP vivilasmar@icmbio.gov.br (61)33419034
Yara Pinto FNMA yara.pinto@mma 31052155